

TEXTO PARA DISCUSSÃO N ° 329

A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80

George Martine

JANEIRO DE 1994

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luiz Antônio de Souza Cordeiro

DIRETOR DE PESQUISA

Claudio Monteiro Considera

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação através do Instituto, informando profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10.º andar

CEP 70.076-900

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17.º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

- I. INTRODUÇÃO
 - II. A QUALIDADE E OS DEFEITOS DO CENSO
DEMOGRÁFICO DE 1991
 - III. TENDÊNCIAS DE REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA
POPULAÇÃO DURANTE A DÉCADA DE 80: GRANDES
REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS
 - IV. PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO URBANA E DE
METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL
 - V. FATORES DO ARREFECIMENTO DOS PROCESSOS
DE CONCENTRAÇÃO
 - VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS
- BIBLIOGRAFIA
-

**A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA
POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A
DÉCADA DE 80**

George Martine*

* Presidente do Instituto SPN (Sociedade,
População e Natureza)

Trabalho realizado no âmbito do Convênio
ISPN/IPEA

I. INTRODUÇÃO*

A história futura certamente consagrará a década de 80 como uma das mais marcantes do século XX. As transformações mais notáveis, evidentemente, ocorreram no domínio político-econômico. Mas a área populacional também se caracterizou por mudanças extremamente importantes, embora menos conhecidas. No Brasil, a magnitude da metamorfose demográfica foi tão significativa quanto inesperada. Para verificar isto, basta contrastar as preocupações dominantes no início daquela década com o teor dos principais resultados apontados pelo censo demográfico de 1991. Senão, vejamos.

No início da década de 80, os estudiosos apenas começavam a vislumbrar a queda da fecundidade e discutiam se, ou até quando, esse declínio iria continuar. Agora, confirma-se não somente a manutenção da queda, mas também o fato dela ter se processado a um dos ritmos mais acelerados já vistos entre países de dimensões continentais. Naquele momento, causavam espanto as taxas aceleradíssimas de crescimento populacional na fronteira amazônica, gerando expectativas e polêmicas de vários tipos; hoje, a expansão desta fronteira aparece como um ciclo histórico já consumado. Destacava-se, também, a concentração acelerada da população total em cidades metropolitanas e áreas conurbadas cada vez mais impossíveis de se administrar; os dados censitários recentes indicam que houve uma moderação da metropolização, em benefício de cidades médias ou pequenas.

Nesse sentido, pode-se dizer que, durante as últimas décadas, os processos demográficos vêm assumindo contornos de transformações estruturais no Brasil. O descenso da fecundidade chegou a ser anunciado como uma das transformações estruturais mais importantes deste fim de século.¹ Diante disto, o arrefecimento significativo da tendência anteriormente inexorável de concentração urbana pode se constituir em fenômeno de tanto peso significativo quanto a própria queda da fecundidade.

Este estudo focaliza as principais mudanças ocorridas na distribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Para tanto, utiliza dados preliminares do censo demográfico de 1991.² Trata-se de um tema da maior relevância para a delimitação da agenda social do país durante os próximos anos. De fato, alguns dos novos padrões de distribuição geográfica criam condições mais propícias para a resolução de problemas que, em décadas anteriores, pareciam cada vez mais intransponíveis.

O trabalho inicia com uma breve discussão dos dados censitários que constituem a base deste documento. Em seguida, descreve as tendências de redistribuição espacial da população em grandes espaços, com o intuito de estabelecer as principais formas de re-ordenação espacial ocorridas nas grandes regiões e Unidades Federativas. Posteriormente, abordamos sobre os processos de redistribuição ocorridos durante a década de 80, em relação às localidades urbanas, enfatizando aqueles de concentração e desconcentração em cidades de tamanhos diferenciados. Segue uma discussão relativamente extensa dos possíveis fatores subjacentes à redução do ritmo de concentração urbana. Por fim, apresentamos uma visão sintética dos principais resultados encontrados na análise, e uma breve discussão de suas prováveis implicações para o futuro.

II. A QUALIDADE E OS DEFEITOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991

* Agradeço a valiosa colaboração de Jean Gilbert, Fábio Servo e Marcelo Torres.

¹ Ver Carvalho (1988), acerca do trabalho apresentado no VI Encontro da ABEP, Olinda.

² Os dados utilizados para este trabalho são extraídos de IBGE (1993) e IBGE (vários anos).

O último censo demográfico teve uma trajetória extremamente conturbada. Até recentemente, o Brasil podia se orgulhar de ser um dos poucos países terceiro-mundistas que dispunha de uma série histórica de censos demográficos decenais relativamente confiáveis desde 1940. Entretanto, uma combinação infeliz de problemas políticos, econômicos e administrativos resultou na postergação do censo de 1990 para 1991, interrompendo, portanto, a longa série histórica, além de prejudicar o caráter decenal das informações.

Sem dúvida, a crise prolongada e a falta de recursos do setor público inibiu, de diversas formas, a preparação do censo de 1991. Estas circunstâncias foram agravadas pelas repercussões de um período político conturbado, quando o desrespeito dos dirigentes máximos do país para com as instituições do setor público se aliava ao desprezo pelo planejamento e pelas informações básicas que deveriam alimentá-lo. Por conseguinte, os recursos suplementares necessários para um levantamento do porte de um censo faltaram, os salários baixaram e/ou se atrasaram, as greves de funcionários se multiplicaram, dissipando, assim, o moral coletivo e institucional. Tais problemas, é evidente, não só prejudicaram sensivelmente a preparação do levantamento censitário, como também dificultaram sua realização e o consequente atraso da divulgação dos seus resultados.

O somatório destas dificuldades, numa conjuntura marcada pelo crescente descrédito das instituições e dos serviços públicos, contribuiu para a formação de uma imagem muito negativa do censo demográfico de 1991. Várias reportagens em jornais e revistas de circulação nacional, assim como declarações de técnicos e autoridades diversas, vêm criticando severamente o levantamento censitário.³ Sendo assim, torna-se necessário, antes de começar a interpretá-lo, examinar a origem e a validade dessas críticas e avaliar a qualidade dos dados.

A celeuma referente ao censo concentra-se em torno da suposta subenumeração da população — basicamente, a quantidade de pessoas enumeradas no censo foi significativamente inferior à cifra esperada, de acordo com as expectativas de autoridades nacionais, estaduais e locais, ou segundo as projeções oficiais emitidas pelo próprio IBGE. Esta suposta subenumeração foi generalizada para o país todo. No entanto, em diversos lugares, notadamente em determinadas regiões da fronteira amazônica, no município de São Paulo e em outros de menor importância, a diferença entre o número de pessoas esperado e o resultado da enumeração censitária foi particularmente conspícua.

Conjugando-se tal subenumeração às notórias dificuldades organizacionais do censo na sua fase preparatória, foi fácil concluir que os dados estariam equivocados, por uma razão muito simples: dado o nível de desorganização prevalecente, o censo teria deixado de enumerar um grande contingente de pessoas que residem no país.

Essa imagem negativa, por outro lado, foi consolidada e multiplicada por conta de um *lobby* muito poderoso, oriundo dos interesses das administrações estaduais e municipais. Este movimento político tem raízes econômico-financeiras profundas: a contagem de população é vital para a partilha de recursos federais provenientes do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPM). O FPM constitui a fonte básica de sustentação da receita da metade dos estados e de dois terços dos municípios do país. Para esses, o fundamental é ter uma população numerosa, pois quanto maior a população enumerada, maior o quinhão do bolo do FPM que lhes cabe.⁴ Portanto, é lógico que venham a reclamar contra a suposta subenumeração.

Na realidade, essa predisposição a achar que os dados censitários estariam equivocados vinha sendo alimentada por uma pusilanimidade burocrático-administrativa durante toda a década de 80. Legalmente, a base estatística para a repartição do FPM no período intercensitário é consti-

³ Ver, por exemplo, Isto é (1992, pp. 12 a 18) e Gazeta Mercantil (1993, pp. 1 e 6).

⁴ Este raciocínio, evidentemente, deixa de tomar em conta o fato de que se todos os municípios estivessem subenumerados, a parcela correspondente a cada município seria a mesma que a atual. Talvez por esse caráter inerentemente competitivo por parcelas do FPM, as reclamações principais partem de administrações individuais, e não de um coletivo deles.

tuída pelas projeções formuladas pelo IBGE. As primeiras, do início da década de 80, foram feitas quando se dispunha apenas de resultados preliminares do censo demográfico de 1980 e quando ainda não se conhecia o alcance da forte queda da fecundidade no país. Em consequência, as projeções *sobreestimaram* sistematicamente a população do país e de cada uma de suas entidades político-administrativas.

Descoberto o equívoco inicial em tais projeções, causado pela redução acelerada e inesperada da natalidade, teria sido normal refazê-las e recalcular a participação dos estados e municípios com base nesse número maior. Entretanto, o *lobby* contra este procedimento técnico aceitável impediu que ele fosse adotado. Chegou a ser determinado pelo Tribunal de Contas da União que o IBGE não poderia efetuar nenhuma correção da projeção oficial para baixo; os números somente poderiam ser corrigidos para cima. Assim, as projeções oficiais relatadas em todos os documentos oficiais, inclusive os do próprio IBGE, apresentavam números conhecidamente falsos ao longo de toda a década, ou seja, o temor de se enfrentar a reação política que adviria dos municípios prejudicados por números menores (e mais corretos) perpetuou um mito demográfico.

A utilização corriqueira de números inflacionados, ao longo da década de 80, gerou uma expectativa de que o Brasil e cada um dos seus componentes político-administrativos apresentavam um crescimento demográfico bastante maior e crescia mais rapidamente do que a realidade. Daí, ao ser revelado pelo censo que os números oficiais agora passavam a ser muito menores do que vinha sendo propagado, surgiu um protesto generalizado e previsível. Seguindo o curso do ciclo vicioso, a descrença nas instituições fez com que a opinião pública e a imprensa prontamente acreditassem nas reclamações dos políticos locais.

No entanto, é preciso tentar alcançar um grau de objetividade maior a respeito. Uma vez conhecida e ultrapassada a barreira dos interesses políticos, do *lobby* e da desinformação institucionalizada, a questão se resume a uma avaliação empírica da qualidade do censo. A única pergunta que permanece é: os dados do censo demográfico de 1991 são válidos para fins de análise da evolução do crescimento e distribuição da população?

Na realidade, é preciso esclarecer que nenhum censo é isento de erros substantivos. A imprensa tem revelado, por exemplo, que o último censo demográfico realizado nos EUA (em 1990) deixou de enumerar cerca de cinco milhões de pessoas. A enorme vantagem dos recenseamentos gerais é de trabalhar com dimensões extensas e quantitativos agregados, tendo em vista que este fato acaba minimizando erros locais ou tópicos, particularmente quando se analisam grandes tendências ou fluxos, pois muitos erros possíveis acabam se neutralizando entre si. Em contrapartida, a melhoria crescente nos meios de transporte e comunicação, assim como nos níveis culturais e educacionais da população, são fatores que melhoram, pelo menos teoricamente, a qualidade de um censo.

Dito isso, não há razões para acreditar que a cobertura e a qualidade das informações do censo de 1991 sejam piores do que as dos censos anteriores. De início, é inquestionável que este último foi realizado tardiamente. Mas isto, em si mesmo, afeta apenas a comparabilidade entre períodos decenais, obrigando os usuários a aplicarem técnicas mais complicadas para ajustar os dados quanto ao parâmetro temporal, isto é, não afeta necessariamente a qualidade dos dados.

Por outro lado, é indiscutível que a execução do censo de 1991 também foi prejudicada pelos problemas mencionados. A questão é: até que ponto estas dificuldades afetaram a qualidade dos dados? Preocupado com esta questão, o próprio IBGE realizou levantamentos suplementares para corrigir os dados para algumas localidades. Também, como de praxe, efetuou uma Pesquisa de Avaliação, confrontando seus resultados com os do levantamento original (o censo de 1991) e com os resultados da PNAD 92. Embora a interpretação dos resultados dessa Pesquisa de Avaliação seja tecnicamente complicada e, infelizmente, não existam informações sobre os resultados de pesquisas análogas em recenseamentos anteriores, há um certo

consenso de que o nível de subenumeração teria sido da mesma ordem de magnitude ao dos censos anteriores.⁵

Outra pesquisa importante realizada por um grupo de pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)-UFMG — instituição muito conceituada na área de demografia — procurou avaliar a cobertura do censo Demográfico para a região metropolitana (RM) de Belo Horizonte. Tendo em vista que os números do censo para esta RM eram significativamente menores do que aqueles apontados pela maioria das projeções existentes, a expectativa era a de encontrar uma subenumeração significativa. Foram utilizados vários indicadores, tais como registros de óbitos e nascimentos, matrículas no ensino do primeiro grau, ligações de energia elétrica, e número de domicílios em setores comparáveis de levantamentos distintos para estabelecer seu grau de correlação com os dados censitários. Deste esforço, concluiu-se que os dados censitários não apresentavam índices de subenumeração.⁶

Em suma, o recenseamento demográfico recente poderia ter sido muito melhor se não tivessem ocorrido reformas administrativas desastradas ou radicalismos, ou se tivesse havido mais respeito dos governantes pela atividade de planejamento e pelas próprias instituições do setor público. Entretanto, se não tivesse havido tanta "politicagem" em torno dos dados demográficos desde o início da década de 80, o crédito do censo seria, hoje, muito maior. De qualquer forma, o importante é que podemos afirmar que os resultados censitários são bastante confiáveis para efeitos de análise das tendências no crescimento e distribuição da população na última década.

III. TENDÊNCIAS DE REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DURANTE A DÉCADA DE 80: GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS

III.1 O Comportamento das Diversas Grandes Regiões

A Tabela 1 adiante apresenta informações sobre a evolução da distribuição espacial brasileira, em relação às grandes regiões, ao longo do período 1940 a 1991. Embora a atual análise se restrinja ao período 1980-91, esta visão global das transformações ocorridas durante o último meio século permite contextualizar melhor, dentro de uma perspectiva histórica, as tendências recentes. No que tange especificamente ao intervalo intercensitário 1980-91,⁷ a observação mais relevante é a de que todas as grandes regiões apresentaram uma redução importante do seu ritmo de crescimento em relação às décadas anteriores.

Em termos demográficos, todas as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população através do tempo podem ser atribuídas a combinações variáveis de crescimento vegetativo e migrações. Em relação aos fatores sócio-econômicos, as alterações na distribuição espacial da população refletem as próprias transformações na estrutura da sociedade. Não cabe, neste trabalho, pretender resumir a história demográfica ou econômica do país. Para nossos efeitos, o importante é que a redução generalizada no ritmo de crescimento populacional observada na década de 80 reflete a forte queda da fecundidade. Esta foi iniciada no final da década de 60, generalizada para todas as regiões e classes sociais na de 70, e acentuada no seu ritmo durante a década de 80.

⁵ Ver IBGE (1993) — documento submetido à Reunião do Conselho Consultivo do censo demográfico —, como também Bercovich e Morell (1992).

⁶ Segundo avaliação de Rodrigues, Machado e Carvalho (1992).

⁷ Por uma questão de concisão na expressão, referimo-nos freqüentemente ao período 1980-91 como "a década de 80", embora o termo não seja exato.

Apesar dessa redução significativa no ritmo de crescimento, a inércia dos processos demográficos gerou um aumento absoluto significativo. Este é diferenciado nas diversas regiões, de acordo com a evolução dos seus respectivos processos de migração e crescimento vegetativo. A Tabela 1 a seguir mostra diferenças inter-regionais de crescimento durante a década de 80. A região Norte apresentou a taxa mais elevada do país, seguida do Centro-Oeste. Isto repete a ordem observada na década anterior, só que em patamares de crescimento bem mais reduzidos. Pela primeira vez na história, o aumento populacional absoluto da região Norte (3,6 milhões de pessoas) foi maior que o da região Sul (3,1 milhões) e da região Centro-Oeste (2,6 milhões). O incremento absoluto na região Norte foi significativamente maior ao que tinha experimentado na década de 70 (3,3 *versus* 2,3 milhões).

Tabela 1

Crescimento Populacional Absoluto, Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual e Participação na População Total do País: Brasil e Grandes Regiões — 1940/91

BRASIL E GRANDES REGIÕES	ANOS CENSITÁRIOS					
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	
	CRESCIMENTO POPULACIONAL ABSOLUTO					
BRASIL	1.0776.478	18.128.690	23.068.580	25.863.669	27.914.753	
NORTE	372.398	727.597	1.042.078	2.276.408	3.638.114	
NORDESTE	3.565.909	4.189.786	5.930.047	6.700.429	7.657.869	
SUDESTE	4.245.069	8.081.342	9.222.770	11.880.627	10.926.575	
SUL	2.113.400	3.917.657	4.743.418	2.534.669	3.085.864	
CENTRO-OESTE	479.702	1.212.308	2.130.267	2.471.536	2.606.331	
	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL(%)					
BRASIL	2,35	3,04	2,89	2,48	1,93	
NORTE	2,30	3,40	3,47	5,02	4,06	
NORDESTE	2,23	2,12	2,40	2,16	1,82	
SUDESTE	2,11	3,11	2,67	2,64	1,76	
SUL	3,19	4,14	3,45	1,44	1,38	
CENTRO-OESTE	3,30	5,45	5,60	3,99	2,99	
	PARTICIPAÇÃO RELATIVA(%) DAS REGIÕES NO TOTAL DO PAÍS					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
NORTE	3,55	3,53	3,66	3,87	5,56	6,98
NORDESTE	35,04	34,64	31,66	30,18	29,25	28,91
SUDESTE	44,47	43,41	43,71	42,79	43,47	42,65

SUL	13,90	15,09	16,77	17,71	15,99	15,05
CENTRO-OESTE	3,04	3,33	4,20	5,45	5,72	6,41

Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1980 e Sinopse preliminar do censo demográfico de 1991 - DPE/Depop.
 Nota: Região Norte inclui Tocantins em 1980 e 1991. No cálculo do crescimento e da participação relativa do período de 1970-1980, considerou-se, em 1980, a antiga divisão político-administrativa das regiões Norte e Centro-Oeste.

Tal crescimento na região Norte fez com que esta chegasse a se aproximar do Centro-Oeste em termos de população total (9,4 milhões contra 10,3 milhões). Por outro lado, é interessante que a redução do ritmo de crescimento de uma década para a outra, fato generalizado em todo o país, tenha sido mais abrupta justamente nestas regiões.

Quanto às outras grandes regiões, todas tiveram um ritmo de crescimento abaixo da média do país. Destaca-se a queda significativa deste ritmo no Sudeste, que, pela primeira vez desde a década de 40, teve uma taxa menor que a do Nordeste. É particularmente notável que o crescimento absoluto da região Sudeste foi expressivamente menor na década de 80 do que tinha sido na de 70 (10,9 *versus* 11,9 milhões de pessoas).⁸

Dado o peso da massa populacional destas duas regiões (Sudeste e Nordeste), a participação relativa de cada uma delas no total da população do país se alterou pouco entre 1980 e 1990. Entretanto, a inversão das tendências afetando essas duas regiões é extremamente significativa, não só pela forte redução do crescimento do Sudeste, mas também pela maior estabilidade do crescimento nordestino. É permissível, desde já, interpretar esses padrões como o resultado de uma redução expressiva na migração do Nordeste para o Sudeste. A região Sul foi a que menos reduziu seu ritmo de crescimento em comparação com a década anterior, ou seja, basicamente manteve seu ritmo de crescimento muito baixo e sustentou sua participação no total da população do país em torno de 15%.

Em breve, no tocante às grandes regiões, o resultado mais importante destacado pelo exame de tendências recentes diz respeito à redução generalizada do ritmo de crescimento em todo o país devido à queda da fecundidade. Em seguida, destaca-se um padrão paradoxal — a taxa de crescimento mais elevada, junto com a desaceleração mais rápida desse ritmo de crescimento — apresentado pelas regiões Norte e Centro-Oeste. Finalmente, é notável o crescimento relativamente reduzido do Sudeste e do Sul.

Seria prematuro tentar avaliar o peso relativo da migração e do crescimento vegetativo no crescimento diferenciado das diversas grandes regiões, pois ainda não dispomos de informações quanto à fecundidade, mortalidade ou migração. Apesar disso, baseando-se nas taxas de crescimento regional e no comportamento diferenciado entre regiões, no tocante ao crescimento vegetativo, podem se emitir as hipóteses que colocamos a seguir.

Primeiro, é indubitável que a região Norte, assim como parte do Centro-Oeste, recebeu um contingente significativo de migrantes na década de 80 — apesar de que, conforme assinalado na próxima seção, é preciso ter cuidado ao interpretar este fato. A região Nordeste, por sua vez, parece ter contido seu tradicional fluxo emigratório. Sem dúvida, a recessão quase permanente da década reduziu o ímpeto da migração para o Sudeste, provocando, inclusive, uma migração de retorno.⁹ Em contrapartida,

⁸ Este fenômeno foi observado apenas uma vez desde 1940 no Brasil. O intenso esvaziamento rural do Paraná acarretou um crescimento menor para a região Sul nos anos 70 do que na década anterior.

⁹ Trabalho recente da Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo indica que os padrões de retorno ao Nordeste vêm se alterando. Tradicionalmente, migrantes recém-chegados que não conseguiram adaptar-se à grande

houve também expansão da fronteira interna e alguns focos de dinamismo econômico na região. Este tema deverá merecer estudos adicionais.

A região Sul continuou expulsando contingentes significativos de migrantes. Finalmente — e talvez mais surpreendentemente — a migração para a região Sudeste sofreu um declínio considerável em relação aos seus padrões anteriores. Este fato está claramente ligado à crise econômica, todavia apresenta traços mais duradouros, conforme será discutido na seção referente à evolução das cidades.

cidade eram a grande maioria dos que procuravam a Coordenadoria de Apoio Social em busca de apoio para retornar às suas origens. Nos últimos anos, migrantes estabelecidos em São Paulo há mais tempo, que foram levados à miséria pela crise econômica, constituem a maioria dos que recorrem à Coordenadoria para pedir passagens de volta [Folha de São Paulo (6/11/92)].

III.2 O Comportamento Demográfico a Nível Sub-Regional

Os padrões regionais descritos na seção anterior não refletem, evidentemente, realidades homogêneas. Nas Tabelas 2 e 3 a seguir, apresentam-se informações referentes ao crescimento das Unidades Federativas (UF's) que compõem cada região, por composição urbana e rural, durante a década de 80. Deve-se observar que, nestas tabelas, a definição de *urbano* utilizada é a oficial, ou melhor, *urbano* inclui todas as sedes de municípios e distritos, independentemente do seu tamanho, densidade ou equipamentos.

Numa primeira visão global, chama a atenção a disparidade entre o ritmo de crescimento da população urbana e rural em todo o país. De fato, enquanto as áreas denominadas urbanas cresciam a quase 3% ao ano, as rurais tinham um decréscimo de 0.6% ao ano. Na realidade, são poucas as UF's que apresentaram crescimento nas suas áreas rurais. Por outro lado, a proporção da população residente em áreas urbanas teria aumentado de 68% para mais de 75%, tendo sido registrado um crescimento absoluto de mais 30 milhões de residentes urbanos durante o período. As tendências variam por região e estado, justificando uma análise mais desagregada, a seguir.

Tabela 2

População Residente por Situação do Domicílio, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1980/91

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	1980			1991		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
BRASIL	119.002.706	80.436.409	38.566.297	146.917.458	110.875.826	36.041.632
NORTE	5.880.268	3.037.150	2.843.118	9.337.150	5.400.772	3.936.378
RONDÔNIA	491.069	228.539	262.530	1.130.874	658.172	472.702
ACRE	301.303	132.169	169.134	417.165	258.035	159.130
AMAZONAS	1.430.089	856.617	573.472	2.102.901	1.501.807	601.094
RORAIMA	79.159	48.734	30.425	215.950	139.466	76.484
PARÁ	3.403.391	1.667.356	1.736.035	5.181.570	2.609.777	2.571.793
AMAPÁ	175.257	103.735	71.522	288.690	233.515	55.175
NORDESTE	34.812.356	17.566.842	17.245.514	42.470.224	25.753.355	16.716.869
MARANHÃO	3.996.404	1.255.156	2.741.248	4.929.029	1.972.008	2.957.021
PIAUI	2.139.021	897.994	1.241.027	2.581.215	1.366.218	1.214.997
CEARÁ	5.288.253	2.810.351	2.477.902	6.362.620	4.158.059	2.204.561
R.GRANDE DO NORTE	1.898.172	1.115.158	783.014	2.414.121	1.668.165	745.956
PARAÍBA	277.0176	1.449.004	1.321.172	3.200.677	2.051.576	1.149.101
PERNAMBUCO	6.143.272	3.784.543	2.358.729	7.122.548	5.046.535	2.076.013
ALAGOAS	1.982.591	976.536	1.006.055	2.512.990	1.481.125	1.031.865
SERGIPE	1.140.121	617.796	522.325	1.491.867	1.001.940	489.927
BAHIA	9.454.346	4.660.304	4.794.042	11.855.157	7.007.729	4.847.428

(continua)

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	1980			1991		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
SUDESTE	51.734.125	4.2840.081	8.894.044	62.660.700	55.149.437	7.511.263
MINAS GERAIS	13.378.553	8.982.134	4.396.419	15.731.961	11.776.538	3.955.423
ESPÍRITO SANTO	2.023.340	1.293.378	729.962	2.598.505	1.922.828	675.677
RIO DE JANEIRO	11.291.520	10.368.191	923.329	12.783.761	12.177.144	606.617
SÃO PAULO	25.040.712	22.196.378	2.844.334	31.546.473	29.272.927	2.273.546
SUL	19.031.162	11.877.739	7.153.423	22.117.026	16.392.710	5.724.316
PARANÁ	7.629.392	4.472.561	3.156.831	8.443.299	6.192.976	2.250.323
SANTA CATARINA	3.627.933	2.154.238	1.473.695	4.538.248	3.205.600	1.332.648
R.GRANDE DO SUL	7.773.837	5.250.940	2.522.897	9.135.479	6.994.134	2.141.345
CENTRO-OESTE	7.544.795	5.114.597	2.430.198	10.332.358	8.179.552	2.152.806
M.GROSSO DO SUL	1.369.567	919.123	450.444	1.778.741	1.413.095	365.646
MATO GROSSO	1.138.691	654.952	483.739	2.022.524	1.481.073	541.451
GOIÁS	3.859.602	2.401.491	1.458.111	4.932.678	3.771.914	1.160.764
DISTRITO FEDERAL	1.176.935	1.139.031	37.904	1.598.415	1.513.470	84.945

Fonte: IBGE — censo demográfico de 1980 e Sinopse Preliminar do censo demográfico de 1991 - DPE/Depop
Nota: Região Centro-Oeste e Goiás incluem Tocantins em 1980 e 1991.

Tabela 3

Nível de Urbanização e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1980/91

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÍVEL DE URBANIZAÇÃO (%)		TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
	1980	1991	TOTAL	URBANA	RURAL
BRASIL	67,59	75,47	1,93	2,96	-0,61
NORTE	51,65	57,84	4,29	5,37	3
RONDÔNIA	46,54	58,2	7,88	10,09	5,49
ACRE	43,87	61,85	3	6,27	-0,55
AMAZONAS	59,9	71,42	3,57	5,24	0,43
RORAIMA	61,56	64,58	9,55	10,03	8,74
PARÁ	48,99	50,37	3,9	4,16	3,64
AMAPÁ	59,19	80,89	4,64	7,66	-2,33
NORDESTE	50,46	60,64	1,82	3,54	-0,28
MARANHÃO	31,41	40,01	1,93	4,19	0,69
PIAUI	41,98	52,93	1,72	3,89	-0,19
CEARÁ	53,14	65,35	1,7	3,63	-1,06

(continua)

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÍVEL DE URBANIZAÇÃO (%)		TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
	1980	1991	TOTAL	URBANA	RURAL
RIO GRANDE DO NORTE	58,75	69,1	2,21	3,73	-0,44
PARAÍBA	52,31	64,1	1,32	3,21	-1,26
PERNAMBUCO	61,6	70,85	1,35	2,65	-1,15
ALAGOAS	49,26	58,94	2,18	3,86	0,23
SERGIPE	54,19	67,16	2,47	4,49	-0,58
BAHIA	49,29	59,11	2,08	3,78	0,1
SUDESTE	82,81	88,01	1,76	2,32	-1,52
MINAS GERAIS	67,14	74,86	1,48	2,49	-0,96
ESPÍRITO SANTO	63,92	74	2,3	3,67	-0,7
RIO DE JANEIRO	91,82	95,25	1,13	1,47	-3,75
SÃO PAULO	88,64	92,79	2,12	2,55	-2,02
SUL	62,41	74,12	1,38	2,97	-2,01
PARANÁ	58,62	73,35	0,93	3	-3,03
SANTA CATARINA	59,38	70,64	2,06	3,68	-0,91
RIO GRANDE DO SUL	67,55	76,56	1,48	2,64	-1,48
CENTRO-OESTE	67,79	79,16	2,9	4,36	-1,1
MATO GROSSO DO SUL	67,11	79,44	2,4	3,99	-1,88
MATO GROSSO	57,52	73,23	5,36	7,7	1,03
GOIÁS	62,22	76,47	2,26	4,19	-2,05
DISTRITO FEDERAL	96,78	94,69	2,82	2,62	7,61

Fonte: IBGE — *censo demográfico de 1980 e Sinopse Preliminar do censo demográfico de 1991 - DPE/Depop*
Nota: *Região Centro-Oeste e Goiás incluem Tocantins em 1980 e 1991.*

III.2.1 A região Norte

A região Norte, além de ter tido o crescimento global mais elevado do país, conforme assinalado anteriormente, foi a única a apresentar um crescimento significativo na sua área rural (3% ao ano). Conseqüentemente, apesar de um crescimento urbano intenso, como será discutido a seguir, passou a ter o menor nível de urbanização do país em 1991, revertendo-se a pequena vantagem que detinha sobre o Nordeste. O crescimento rural elevado da região Norte é derivado da migração acelerada em direção à fronteira agrícola, em particular para os estados de Rondônia e Pará e, em termos relativos, o movimento migratório para as áreas rurais de Roraima foi particularmente elevado.

Assim sendo, o dinamismo demográfico da região amazônica ainda se destacou na década de 80, produto da expansão econômica e demográfica na última fronteira brasileira. Dada a base demográfica menor da região, mesmo o fluxo migratório mais reduzido que ocorreu nesta década redundou numa taxa de crescimento mais elevada. Contribuíram também, para isso, as taxas ainda comparativamente mais altas de fecundidade que continuam prevalecendo na região.

Entretanto, para colocar os movimentos fronteiriços em direção à região amazônica em perspectiva, é preciso fazer duas observações. A primeira delas se refere ao nível relativo de crescimento rural e urbano, enquanto a segunda diz respeito às tendências de crescimento da região amazônica no médio e longo prazos.

Inicialmente, é importante observar que em todas as UF's da região Norte — mesmo naquelas marcadas por um crescimento rural intenso — o aumento da população urbana foi muito mais rápido do que o rural. Em alguns estados, destacando-se Amazonas, Acre e Amapá, o crescimento muito elevado se deve exclusivamente às taxas elevadíssimas de crescimento das localidades urbanas.

Ou seja, na região amazônica, a ocupação da fronteira já não se processa de forma clássica; as migrações não são mais predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rural, conforme tinha acontecido em períodos anteriores no Paraná e num grupo de estados que podem ser caracterizados como a Faixa Central do país.¹⁰ Na realidade, a expansão da fronteira amazônica, mesmo durante seu auge na década de 70 e no início dos anos 80, teve um forte componente de destino urbano.

Esta *urbanização da fronteira* amazônica se aplica à combinação de dois fatores. Primeiro, o afluxo de migrantes à Amazônia foi muito superior à sua capacidade de absorção nos projetos de colonização e nas outras atividades agrícolas da área. Por conseguinte, criou-se um excedente migratório que inchou a periferia de todas as grandes e médias cidades desta região.

O segundo fator foi resultado da combinação de um grande afluxo de migrantes, do aporte de importantes investimentos governamentais e privados para a região, junto com a variedade de riquezas primárias e oportunidades econômicas que a região passou a oferecer. Isso trouxe um grande contingente de pessoas que não tinham pretensões de trabalhar no setor agrícola, ou que foram logo desviados dele pelas dificuldades encontradas no setor. Assim, a rápida expansão do garimpo, das atividades madeireiras, do comércio, do setor de serviços de todas as espécies, e até do narcotráfico, serviram para multiplicar o assentamento urbano, por mais precárias que pudessem ser as condições de habitabilidade das localidades na região.

A segunda observação que deve ser feita em relação ao crescimento da região Norte é que os resultados censitários, ao refletirem os acontecimentos ocorridos ao longo de toda a década, podem induzir a erros quando se trata de usá-los para a previsão das tendências de médio e longo prazos na região. Na realidade, é permissível afirmar que os dados de 1991 refletem dois processos bastante distintos que ocorrem na região amazônica durante a década de 80. Numa primeira fase, iniciada no final da década de 70 e com duração até 1986, os fluxos migratórios para a região tendiam a crescer ano a ano, alimentados por uma conjugação de fatores.

Sem dúvida, o mais importante deles era o apoio multifacetado dado pelo governo da época à ocupação da região e, em particular, à colonização. Vários projetos incentivavam simultaneamente a vinda de migrantes, colonos, empresários e aventureiros. O mais importante deles, o Polonoroeste, pretendia viabilizar a transformação dos colonos já assentados em Rondônia e parte do Mato Grosso em produtores estáveis voltados para o mercado. Na realidade, o Programa acabou incentivando a multiplicação de

¹⁰ Ver, a este respeito, em Martine (1992).

fluxos migratórios para a região a um ritmo que impedia qualquer possibilidade de absorvê-los de forma ordenada.

A própria crise econômica que começou a assolar o Brasil no início da década de 80 transformou a fronteira amazônica numa das poucas áreas capazes de oferecer emprego e perspectivas de renda. Embora a agricultura deste local nunca cumprisse as expectativas, a movimentação gerada na região criou um mercado de terras extremamente dinâmico. Além disso, muitas atividades geradas, especialmente o garimpo, atraíram grandes contingentes de migrantes. Como decorrência, as poucas estatísticas existentes para o período mostravam intenso crescimento. Os dados do Sistema de Informações sobre Migrações Internas (Simi), por exemplo, apresentam um forte aumento anual no número de migrantes chegando a Rondônia — de 11.500 migrantes ao ano em 1978, foram enumerados 166.000 em 1986.¹¹ Tais informações são corroboradas pelo minicenso realizado no estado pelo IBGE que indicava, para o período 1980-1985, um crescimento de 13% ao ano.¹²

Embora as informações ainda sejam incompletas, já pode ser afirmado que, a partir de 1986, essa atração migratória da fronteira agrícola foi arrefecida ou praticamente cessou. Coincidiram para isso o fim do Polonoeste e de outros subsídios à agricultura na Amazônia, as dificuldades inerentes à região e a ausência de soluções tecnológicas para a agricultura, as mudanças feitas nas políticas de preço mínimo e de transporte, no intuito de fortalecer os mecanismos de "mercado", o protesto nacional e internacional contra as políticas públicas que favoreciam o desmatamento, e uma série de outros fatores.

O importante, para nossos efeitos, é que esse conjunto de elementos estancou grande parte da migração para a Amazônia e reduziu significativamente a taxa de crescimento demográfico da região, no período mais recente. Consta, inclusive, que já existem movimentos de retorno para outras áreas do país.¹³ As informações definitivas do censo vão permitir melhor avaliação desses argumentos. De qualquer forma, é indubitável que as taxas de crescimento atuais e futuras da região amazônica, particularmente de sua área rural, são muito mais baixas do que aquelas que constam no censo para a década de 80. Em suma, é preciso ter cuidado ao examinar as taxas elevadas de crescimento da região Norte porque sua magnitude reflete, sobretudo, uma realidade já ultrapassada.

III.2.2 A região Nordeste

Nenhum estado da região Nordeste teve um ritmo de crescimento elevado durante a década de 80. O estado de Sergipe apresentou a maior taxa anual (2.47% a.a.), ritmo esse quase idêntico ao de crescimento do país durante a década anterior. Além desse, somente os estados de Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia apresentaram taxas de crescimento acima de 2% ao ano. No outro extremo, Paraíba e Pernambuco tiveram as menores taxas — em torno de 1.3% ao ano. Apesar deste baixo crescimento, o Nordeste passou de 34,8 para 42,5 milhões de pessoas. Este incremento populacional de 7,7

¹¹ Dados coletados pelo Simi, apresentados em Martine (1992, p.16).

¹² Ver a respeito em Martine (1990, p.31).

¹³ Depoimentos colhidos junto a técnicos do Ipardes em Curitiba dão conta de numerosos paranaenses que teriam voltado para aquele estado após uma temporada em Rondônia.

mi-lhões de habitantes no Nordeste representa um contingente maior do que toda a população da Bolívia.

Em 1980, a região Nordeste tinha uma população rural de 17,2 milhões de pessoas, equivalente a 44,7% do total do país. Embora o número absoluto de residentes da zona rural tenha sido reduzido para 16,7 milhões em 1991, essa diminuição se deu de forma mais lenta do que no resto do país. Conseqüentemente, o Nordeste respondia, nesta época, por uma parcela ainda maior da população rural nacional (46,4%) do que em 1980.

Comparativamente, a população urbana do Nordeste teve um aumento de 17,6 para 25,8 milhões na década de 80. Apesar disto, respondia por apenas 23% da população urbana do país em 1991, isto é, a participação da população rural nordestina no total do país é duas vezes maior que a sua participação na população urbana nacional.

De qualquer forma, à luz das tendências verificadas em décadas anteriores, é notável que tenha havido um decréscimo da população rural em seis dos nove estados nordestinos. Em termos nacionais, o nível de urbanização relativa ainda é muito baixo no Maranhão e no Piauí (40% e 53%, respectivamente), enquanto Pernambuco e Rio Grande do Norte são os estados que mais se assemelham aos padrões nacionais; os outros apresentam padrões intermediários.

É interessante observar que o ritmo de crescimento urbano de todos os estados da região Nordeste (exceto Pernambuco), nos anos 80, encontra-se em patamares mais elevados que a média nacional. Tal fato se deve, em parte, a um fenômeno meramente estatístico — quanto menor o nível relativo de urbanização, mais fácil o seu crescimento —, como também reflete uma tendência real ao crescimento demográfico razoavelmente acelerado de localidades urbanas no Nordeste, tendência esta que será confirmada na próxima seção, quando serão analisados os padrões de urbanização com respeito às classes de cidades.

Em suma, é possível afirmar que o Nordeste, apesar de conter quase a metade da população rural do país, atravessou um patamar significativo durante a década de 80 quando teve, pela primeira vez, uma redução absoluta do seu contingente residente em áreas rurais. As razões desta mudança são complexas e exigem análises mais aprofundadas. De qualquer forma, pode-se supor, desde já, que elas estão ligadas principalmente à queda da fecundidade. Em seguida, estão também relacionadas à crise econômica e às mudanças ainda incompletamente percebidas no perfil econômico da região.

III.2.3 A região Sudeste

A despeito de ter experimentado o seu ritmo de crescimento mais reduzido desde o advento dos censos modernos, a região Sudeste teve um incremento de quase 11 milhões de pessoas no período em questão. De qualquer forma, é significativo que esse aumento absoluto tenha sido menor que aquele registrado na década de 70 (11,9 milhões). O principal responsável por este aumento na década de 80 foi o estado de São Paulo que, sozinho, apresentou um aumento de seis e meio milhões de pessoas, passando a ter uma população total de 31,5 milhões em 1991. Em segundo lugar, Minas Gerais apresentou um aumento de 2,4 milhões de pessoas. Em termos relativos, porém, o crescimento mais elevado foi registrado no Espírito Santo (2,3% a.a.).

Todo o crescimento da região Sudeste se estabeleceu em localidades urbanas. Na realidade, o incremento urbano desta região (12,3 milhões) foi maior do que o total, atestando para a continuação do seu êxodo rural.

Desde a década de 60, a região Sudeste vinha experimentando um declínio significativo na sua população rural, visto que o estado de São Paulo, sozinho, tinha perdido 1,3 milhão de pessoas nas suas áreas rurais entre 1960 e 1970, enquanto Minas Gerais perdia outras 400 mil. Na década seguinte, todos os estados desta região perderam população rural, totalizando uma redução absoluta de quase 2 milhões de pessoas. Na década de 80, a perda de população rural baixou para 1,4 milhão para o total da região, mas a redução ocorreu em todos os estados.

Quanto à composição intra-regional do crescimento urbano na região Sudeste, a maior parcela se estabeleceu no estado de São Paulo, que teve um incremento de mais de sete milhões nesta década. O estado de Minas acrescentou outros 2,8 milhões de residentes urbanos. O estado do Rio de Janeiro, apesar de uma taxa de crescimento muito baixa (1,47% a.a.), apresentou um aumento de 1,8 milhão. A taxa mais elevada de crescimento urbano foi registrada no Espírito Santo, mas isto não se traduziu em um aumento absoluto elevado em função do volume populacional relativamente pequeno do estado.

Dada a predominância da população urbana e metropolitana na região, a sua evolução demográfica se assemelha muito à das próprias cidades. Como conseqüência, uma análise mais detalhada de padrões recentes de distribuição espacial no Sudeste será apresentada em seção específica, especialmente no que tange à redução do ritmo de concentração em grandes cidades.

III.2.4 A região Sul

A taxa de crescimento da região Sul foi a menor de qualquer grande região (1,38% a.a.). Tal fato, apesar de seu ritmo de crescimento urbano praticamente idêntico ao do país como um todo, só pode ter acontecido em função da maior taxa negativa de crescimento rural do país. Este crescimento negativo se deve, sobretudo, ao êxodo rural do Paraná, sendo que Santa Catarina e Rio Grande do Sul também tiveram uma redução significativa de sua população rural, mas em dimensões muito menores que aquele estado.

Sem dúvida alguma, o fenômeno mais marcante da trajetória populacional da região Sul na década de 80 foi, portanto, o baixíssimo crescimento do estado do Paraná. Os dados do censo de 1980 já tinham espantado os observadores quando mostraram que a área rural tinha tido uma redução absoluta de 1,3 milhão de pessoas durante a década de 70. Esta cifra, descontado o crescimento vegetativo, se traduzia numa emigração estimada de 2,5 milhões de pessoas do campo paranaense.¹⁴

A dimensão extraordinária desta emigração rural acabou sendo explicada pelo momento histórico que a agricultura brasileira estava passando durante a década de 70, quando o padrão de modernização agrícola adotado teve seus impactos mais diretos sobre a estrutura agrícola do Paraná, onde predominava a pequena e média produções. As oportunidades geradas para a

¹⁴ Embora as estimativas da emigração rural do Paraná variem ligeiramente de autor para autor, pode-se considerar esta ordem de magnitude como correta. Ver Martine e Garcia (1987, pp. 59 a 80).

pequena produção na fronteira amazônica acabaram servindo, em parte, como válvula de escape para o êxodo rural paranaense.

Entretanto, ao explicar esse fenômeno, ninguém previu que ele fosse se estender década de 80 adentro. De fato, entendia-se que o êxodo rural paranaense daquela década teria se exaurido com a generalização da monocultura, a consolidação de uma estrutura fundiária mais concentrada e a emigração de uma parcela significativa dos pequenos produtores. Tendo em vista que os vários fatores estimuladores, tanto da especulação com a terra como da modernização da produção, especialmente o crédito agrícola subsidiado, foram alterados pela crise, imaginava-se que os pequenos produtores teriam maiores condições de se manterem na agricultura durante a década de 80.

Isto, de fato, ocorreu no resto do país. Os dados do censo agropecuário de 1985, por exemplo, mostravam um aumento absolutamente inesperado do minifúndio em todas as regiões do país, à exceção do Paraná.¹⁵ Este fato deveria ter alertado os observadores para a continuação do processo de expulsão rural nesse estado. As informações de 1991 mostram que, efetivamente, esse processo se manteve inalterado durante a maior parte da década de 80. Embora não existam elementos para calcular taxas de emigração nesse momento, pode-se estimar que teriam saído mais de 1,5 milhão de migrantes do campo paranaense no último intervalo intercensitário.

Parte deste movimento foi, evidentemente, absorvido pelas áreas urbanas do próprio estado do Paraná, que cresceram a taxas de 3% ao ano, fazendo com que o seu nível de urbanização passasse de 59% para 73%. Porém, grande parte também migrou para outras áreas do país. Em particular, existem claros indícios de que uma parcela significativa dos agricultores expulsos do Paraná saiu em destino a Rondônia — pelo menos no período 1980-86. Os dados do Simi, anteriormente citados, sempre apresentaram o Paraná como o principal fornecedor de migrantes chegando em Rondônia. Outros devem ter optado por São Paulo e contribuído sensivelmente para o crescimento urbano daquele estado.

III.2.5 A região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste teve um crescimento relativamente acelerado nos anos 80, sendo superada apenas pela região Norte. Todos os estados componentes da região cresceram mais rapidamente que a média do país. Entretanto, observa-se que os dois estados de mais antiga ocupação — Mato Grosso do Sul e Goiás — tiveram os níveis de crescimento regional mais baixos. Enquanto isso, o Mato Grosso apresentava um ritmo de incremento condizente com a condição de área de fronteira.

O nível elevado de crescimento da Região se deve principalmente à rápida expansão das áreas urbanas. É bem verdade que o estado do Mato Grosso apresentou um certo crescimento na sua área rural, No entanto, este envolveu menos de 60 mil pessoas.¹⁶ Enquanto isso, a área urbana de Goiás apresentava um crescimento de 1,4 milhão de pessoas, o próprio Mato Grosso, um incremento de mais de 800 mil pessoas, e o Mato Grosso do Sul, mais 500 mil.

¹⁵ A este respeito, ver Mueller (1987, pp. 11 a 41) e Martine (1987, pp. 63 a 88).

¹⁶ O crescimento aparentemente elevado da área rural do Distrito Federal, na realidade, se deriva do surgimento de algumas comunidades "agrícolas" numa entidade predominantemente urbana.

O Distrito Federal que, nas duas décadas anteriores, tinha apresentado um dos ritmos de crescimento mais elevados do país, desta vez teve um incremento mais lento que a média dos estados da região. Embora não existam informações que permitam auferir os padrões migratórios das distintas regiões, já é um fato incontestável que a migração para Brasília foi arrefecida durante a década de 80. Todavia, conforme será visto na discussão sobre cidades, o entorno de Brasília apresentou forte crescimento.

Tomadas em conjunto, portanto, as informações referentes ao Centro-Oeste indicam a presença de dois padrões diferenciados. A maior parte da região reflete uma certa estagnação que difere sensivelmente das tendências verificadas em décadas anteriores. Goiás, Mato Grosso do Sul e o próprio Distrito Federal apresentaram um ritmo de crescimento que já não denota o dinamismo de área de fronteira ou de "nova" capital. O crescimento observado neste grupo é nitidamente um crescimento de caráter "urbano".

Em compensação, o estado do Mato Grosso, criado na década de 70 e beneficiário de projetos vultosos de desenvolvimento agrícola nesta mesma época — muitos dos quais se estenderam para a primeira metade da década de 80 — apresentou um dinamismo econômico e demográfico notável. Mesmo não tendo informações espacialmente detalhadas que permitissem auferir o *locus* exato deste dinamismo, existem vários indicadores de um crescimento agrícola significativo, particularmente no norte e nordeste do estado. Ao contrário do que ocorreu em Rondônia, porém, esse avanço foi, em grande parte, fundamentado numa agricultura intensiva em capital, onde a soja teve papel preponderante. Uma das características desse tipo de expansão é justamente ocupar pouca gente na área rural — embora possa gerar empregos nos setores formais e informais das áreas urbanas.

III.2.6 Uma visão global da redistribuição espacial no Brasil durante a década de 80

Uma melhor visualização dos processos de redistribuição da população brasileira, na década em questão, pode ser obtida por intermédio do Gráfico 1. As informações utilizadas para a elaboração desta ilustração são aquelas referentes às taxas de crescimento das 558 microrregiões brasileiras durante esta década.

Esse nível de detalhamento evidencia, novamente, que as informações agregadas em relação às grandes regiões e UF's deixam de revelar a heterogeneidade interna de muitas destas entidades. Na realidade, o ideal para a análise das tendências redistributivas seria trabalhar a nível de microrregiões ou mesmo de municípios. Entretanto, isto seria pouco viável no atual momento, dada a falta de informações complementares para correlacionar tendências demográficas com processos sociais e econômicos.

Gráfico 1

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO

Taxa de Variação Média Anual
por Microrregiões, 1980-91

O mais interessante de se reter ao examinar o Gráfico 1 é, sem dúvida, a contraposição de dois extremos de crescimento. Primeiro, dada a história demográfica brasileira recente, marcada por taxas elevadas de crescimento, surpreende a dimensão e a generalização das áreas com crescimento muito pequeno ou até negativo. Manchas de microrregiões com estas características são particularmente visíveis em regiões de ocupação mais antiga (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, e vários estados do Nordeste), mas, sobretudo, no Paraná. Também são encontradas essas manchas até nas regiões de fronteira mais recente.

No outro extremo, observam-se, no Mato Grosso e na região Norte, várias microrregiões com taxas de crescimento bastante elevadas, sendo que, a nível de UF's, o Pará e o Mato Grosso se apresentam como as de maior crescimento. No entanto, conforme argumentado anteriormente, é preciso ter bastante cuidado ao sugerir qualquer extrapolação destas tendências de crescimento na fronteira amazônica para o futuro.

Quando se examina o resultado destas variações intercensitárias sobre a densidade populacional em 1991, no Gráfico 2, observa-se um panorama bem distinto do anterior. Ou seja, os padrões de intensidade de crescimento são, *grosso modo*, inversos aos da concentração; assim, a densidade populacional continua mais elevada nas regiões de ocupação antiga. Duas manchas de áreas intensamente habitadas se destacam: a mais importante forma um quadrilátero que se estende, aproximadamente, entre as cidades de São Paulo — com intensidade maior (e crescente) —, São José do Rio Preto, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A outra cobre o litoral nordestino, expandindo-se, com maior ou menor intensidade, desde Salvador até Fortaleza.

Na próxima seção, enfocamos diretamente os padrões de redistribuição ocorridos no que diz respeito a cidades, com ênfase particular nas regiões metropolitanas que estão na raiz dessas manchas densamente habitadas.

Gráfico 2

DENSIDADE POPULACIONAL

Habitantes por Km² por
Microrregiões, 1991

IV. PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO URBANA E DE METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL

Para entender os processos de urbanização da década de 80, é preciso revisar, mesmo que de forma sumária, a evolução dos padrões de urbanização no período anterior a 1980.

IV.1 Padrões Históricos de Urbanização Brasileira¹⁷

O aspecto mais marcante da reorganização do espaço brasileiro durante o meio século anterior a 1980 foi, sem dúvida, a concentração progressiva e acentuada da população em cidades cada vez maiores. Basta ver a alteração na importância da população rural. Em 1940, as áreas rurais e localidades de menos de 20 mil habitantes incluíam quase 85% da população total; em 1980, essa participação havia declinado para 46%. Na outra ponta, o conjunto de localidades com mais de 500 mil habitantes aumentou sua participação na população total de 8% para 32% no mesmo período.

O significado destas mudanças fica ainda destacado, quando se examina a composição do crescimento intercensitário e sua evolução através do tempo. Na década de 40, as áreas rurais e localidades de menos de 20 mil habitantes responderam por 58% do crescimento populacional do país, enquanto que as cidades de mais de 500 mil habitantes assimilavam 28% do crescimento total. Na década de 70, a situação se inverteu: as áreas rurais e localidades pequenas representaram apenas 10% do crescimento intercensitário, enquanto que as cidades de mais de 500 mil habitantes eram responsáveis por 58% do crescimento total do país. Quando se incluem as cidades de cem a 500 mil habitantes nesta avaliação do crescimento intercensitário, chega-se à conclusão de que quase três quartos do crescimento total do país se concentrou em cidades grandes durante a década de 70.

Estas informações comprovam uma concentração maciça da população brasileira em cidades, e em cidades cada vez maiores, durante todo o período 1930-80. Para entender as origens e a configuração desse processo, é preciso relacionar os padrões de redistribuição espacial da população com as modificações na alocação espacial de atividades econômicas. Trata-se de um período marcado por profundas transformações na estrutura econômica, social, política e demográfica do país. O eixo central da história econômica deste período pode ser caracterizado como o progressivo fortalecimento do modelo de industrialização via substituição de importações. Em termos espaciais, o êxito desse modelo de industrialização e a integração do mercado nacional basearam-se no dinamismo da região econômica dominado pela cidade de São Paulo.

Como as migrações se dirigem, preferencialmente, para as regiões de maior dinamismo econômico, era inevitável que a aglomeração progressiva das atividades produtivas redundasse numa tendência concomitante para um maior adensamento da população na região Sudeste, alimentado por fluxos migratórios. Embora a migração que aporta nas cidades brasileiras não seja tipicamente constituída por pessoas que vieram diretamente da área rural, não há dúvida de que o êxodo rural foi um alimentador fundamental da concentração urbana.

Se tivessem se perpetuado esses padrões de urbanização ao longo da década de 80, verificaríamos, nos dados do censo de 1991, uma concentração progressiva do crescimento intercensitário, assim como da população total. Paralelamente, este adensamento seria notável na região Sudeste, em particular. O restante desta seção se dedica à análise destas tendências mais recentes.

¹⁷ Parte deste e do próximo capítulo são baseadas nos trabalhos de Martine (1982) e outro de mesma data apresentado no Simpósio sobre Urbanização Acelerada e Degradação Ambiental.

IV.2 As Principais Mudanças no Padrão de Concentração Urbana durante o Período 1980/1991

IV.2.1 A evolução da distribuição populacional, segundo tamanho da localidade de residência

Utilizando a definição oficial de *urbano*, conforme seção anterior, chega-se, sem dúvida, à constatação de que o nível de urbanização do Brasil já atinge patamares muito elevados, em comparação com o nível relativo de desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto, esta definição oficial é baseada em um conceito político-administrativo que abrange uma gama muito variada de localidades e situações, incluindo alguns povoados de características bastante "rurais". Por esse motivo, utilizaremos, no restante deste trabalho, uma definição de *urbano* baseada em tamanho, referindo-se apenas a localidades com pelo menos 20 mil habitantes.¹⁸

Utilizando-se essa definição mais restritiva, observamos, na Tabela 4 a seguir, uma redução significativa no ritmo de crescimento urbano na década de 80, em comparação com as décadas anteriores. De fato, a população das cidades cresceu à taxa de 2,6% ao ano neste período, o que representa pouco mais da metade do ocorrido na década anterior. Na origem deste declínio, encontra-se, evidentemente, a influência da queda da fecundidade. Mas é interessante observar que a população rural (aqui, deve ser reiterado, referimo-nos a toda a população que reside no campo ou em localidades e adensamentos populacionais com menos de 20 mil habitantes) teve um crescimento que, embora lento, foi mais acelerado do que na década anterior, passando de 56,7 para 60,8 milhões de pessoas.

Tabela 4
Taxas de Crescimento da População Urbana (*), Rural e Total — Brasil — 1940/91

Período	Urbana	Rural	Total
1940-50	4,6	1,7	2,3
1950-60	6,2	1,8	3,0
1960-70	5,4	1,5	2,9
1970-80	4,9	0,4	2,5
1980-91	2,6	0,6	1,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

(*) "Urbano" é definido aqui como localidades com 20,000 e mais habitantes.
"Rural" engloba o restante da população.

Ou seja, se consideramos a evolução relativa da população urbana e rural, à luz da queda da fecundidade, somos obrigados a concluir que houve, nos anos 80, uma redução significativa no dinamismo do crescimento urbano.

¹⁸ Embora não seja uma solução ideal, esse procedimento permite explorar melhor o processo de concentração e desconcentração em categorias urbanas díspares. Além disso, evita problemas metodológicos decorrentes da multiplicação de municípios durante a década de 80.

Ao mesmo tempo, é interessante notar que essa Tabela também mostra um certo recrudescimento da população rural, na medida em que a taxa de crescimento da população que não vive em cidades de 20 mil ou mais habitantes cresceu a uma taxa ligeiramente maior na década de 80 que na de 70. Contrastando esta informação com aquela apresentada anteriormente na Tabela 3 — a qual mostrava uma taxa de crescimento negativa de 0,61% ao ano na área rural (segundo a definição oficial de "rural"), — pode-se inferir que existe uma diferença entre a população agrícola/rural propriamente dita e a que mora em pequenas localidades. A população do campo vem declinando, porém a de pequenas localidades (sedes de municípios ou de distritos), com menos de 20 mil habitantes, apresentou um crescimento positivo na década de 80.

É interessante observar que a redução no ímpeto do crescimento urbano ocorreu, apesar do aumento significativo no número de cidades e de habitantes urbanos. Conforme mostrado na Tabela 5 adiante, o número de cidades aumentou de 383 para 560, entre 1980 e 1991, sendo que a maioria deste acréscimo ocorreu na categoria de 20 a 50 mil habitantes. Ademais, o número de habitantes classificados como urbanos aumentou de 62 para 86 milhões.

Tabela 5

Distribuição da População Urbana, por Classe e Número de Cidades — Brasil — 1940/91

Cidades por classe de tamanho (em mil)	Nº de cidades						% da população urbana					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1940	1950	1960	1970	1980	1991
500 e +	3	4	8	11	14	20	54.1	58.0	64.4	63.9	61.6	59.7
100 a 500	8	9	19	37	60	72	26.0	20.1	14.0	16.7	19.4	18.2
50 a 100	11	18	28	43	71	114	8.7	9.9	8.9	7.6	7.4	9.2
20 a 50	31	51	92	148	238	354	11.2	12.0	12.7	11.7	11.6	12.9
Total	53	82	147	239	383	560	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Tal redução vem sendo acompanhada por outra pequena, mas significativa, no processo de concentração em cidades grandes (ver Tabela 5). Durante o período 1940-70, observa-se um acréscimo contínuo e expressivo na participação das cidades de maior tamanho nas populações urbana e total; a década de 70 apresentou uma quebra desta tendência, e a de 80, uma inversão visível da mesma. Desta forma, é possível ver, em retrospecto, que o censo de 1980 já assinalava um certo ponto de inflexão na trajetória da urbanização e da concentração progressiva da população; e os eventos da década de 80, discutidos mais à frente, vieram a acentuar e confirmar essa mudança de rumo.

Quando se examinam os padrões de crescimento por tamanho de cidade ao longo do período 1940-91 (ver Tabela 6), não se observam padrões recorrentes.

tes; isto é, nenhuma classe de tamanho cresce mais rapidamente ou mais lentamente ao longo de todo o período. Todavia, nas três últimas décadas, as cidades médias (100 a 500 mil habitantes) têm tido o ritmo de crescimento mais rápido, enquanto as maiores sempre tiveram crescimento relativamente lento.¹⁹

Tabela 6

Crescimento Urbano por Tamanho de Cidades — Brasil — 1940/91

Período	20 a 50	50 a 100	100 a 500	500 e +	Total
1940—50	3,71	2,98	3,31	4,32	3,89
1950— 60	6,13	5,34	5,14	5,06	5,24
1960 —70	4,36	5,07	5,39	4,50	4,66
1970 — 80	4,16	4,61	4,93	3,89	4,15
1980 —91	3,14	2,75	3,16	2,03	2,63

Fonte: IBGE, *Censos Demográficos*.

IV.2.2 Variações regionais de crescimento urbano

A distribuição regional de *novas* cidades (localidades que apareceram, pela primeira vez, na categoria de 20 mil e mais) é apresentada na Tabela 7. Constata-se que as regiões mais impactadas na sua rede urbana, pelo surgimento de novas cidades, são a região Norte e, em segundo lugar, a Nordeste. O Norte aumentou seu complemento de 17 cidades em 1980 para 48 em 1991. Enquanto isso, o Nordeste teve um incremento de 49 cidades (o maior número de qualquer região), aumentando seu total para 134. Tendo em vista o tamanho de sua população e a densidade de sua rede urbana, o Sudeste se destaca pela relativa ausência de novas cidades. Só o interior de São Paulo apresentou um certo dinamismo neste sentido.

Tabela 7

**Surgimento de Novas Localidades Urbanas,
por Região — Brasil — 1940/80 e 1980/91**

Região	Nº de Cidades	Aumento do Nº de Cidades		Nº de Cidades	% do Aumento do Nº de Cidades	
	em 1940	1940 — 80	1980 — 91	em 1991	1940 — 80	1980 — 91
Norte	2	17	29	48	5,15	16,38
Nordeste	14	71	49	134	21,51	27,68
Sudeste	26	146	47	219	44,24	26,56
Sul	9	70	32	111	21,22	18,08
Centro-Oeste	2	26	20	48	7,88	11,30
Brasil	53	330	177	560	100,00	100,00

¹⁹ É preciso estar atento para o fato de que existem distintas maneiras de calcular taxas de crescimento por categorias de tamanho de cidade. Diferentes abordagens produzem resultados diferentes (e, às vezes, espúrios). Para uma discussão mais detalhada destes problemas, ver Martine (1990, pp. 99 a 159).

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Os padrões de crescimento urbano por região no período dos anos 80 são examinados com maior detalhe na Tabela 8. Neste caso, utiliza-se uma classificação com tamanhos de cidades mais desagregados. Vários aspectos importantes se destacam da leitura destes dados. Em primeiro lugar, observa-se que, em nível de Brasil, as cidades milionárias (isto é, aquelas com mais de um milhão de habitantes em 1980) tiveram, de longe, o ritmo mais lento de crescimento de todas as categorias; e, nas outras, não se observam relações sistemáticas entre tamanho e velocidade de crescimento. Em segundo, vale observar que o Sudeste teve taxas de crescimento urbano muito menores que nas outras regiões, nesse período. Este diferencial não pode ser explicado apenas por variações inter-regionais de crescimento vegetativo; reflete também mudanças importantes no padrão de migração.

Tabela 8

Crescimento Urbano por Tamanho de Cidades, segundo Região — 1980/91

Região	Tamanho em 1980 (em mil hab.)						Total
	20-50	50-100	100-300	300-500	500-1000	1000 e +	
Norte	6,06	2,34	6,21	-	3,45	-	5,07
Nordeste	2,81	2,82	3,27	3,78	-	2,69	3,23
Sudeste	2,99	2,38	2,67	2,80	2,81	1,51	2,02
Sul	2,78	2,82	3,00	2,26	-	2,69	2,90
Centro-Oeste	3,92	2,99	4,77	-	2,88	3,12	3,81
Brasil	3,14	2,75	3,14	3,24	3,10	1,90	2,63

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Por último, a trajetória do crescimento urbano do Nordeste merece consideração especial. Que o crescimento urbano do Norte e Centro-Oeste fosse rápido era esperado, mas o ritmo de aumento no Nordeste se apresenta como surpreendente, particularmente nas categorias de cidades médias, que se destacam no conjunto. Também já foi observado o surgimento notável de novas localidades urbanas no Nordeste. É difícil avaliar, neste momento, até que ponto esse fenômeno de urbanização representa um reflexo da crise ou de uma modernização parcial de sua economia.

Uma outra faceta das especificidades regionais de crescimento urbano é apresentada na Tabela 9 adiante. Esta decompõe a população *não-urbana* (isto é, os contingentes que não residem em localidades com pelo menos 20 mil habitantes) em "campo" e "povoado" (população considerada urbana pela definição oficial do censo, embora viva em localidades com menos de 20 mil habitantes), e apresenta suas respectivas taxas de crescimento na década de 80.

Observa-se, nesta Tabela, que existem diferenças significativas no ritmo de crescimento de "campo" e "povoado". O campo só teve crescimento positivo na região Norte; e, coincidentemente, essa região apresentou o menor nível de crescimento entre "povoados" — o crescimento demográfico desta região foi bipolar: ou se deu em localidades urbanas grandes, ou ocorreu em áreas rurais isoladas mesmo. O Centro-Oeste apresenta um comportamento oposto ao da região Norte, na medida em que seus povoados cresceram rapidamente enquanto o campo perdia população. Das outras regiões, o Nordeste apresentou o crescimento mais acelerado de povoados e o menor ritmo de redução de população no campo.

Tabela 9

Taxa Média de Crescimento Anual da População do Campo e de Povoados, segundo Brasil e Grandes Regiões — 1980/91

Brasil e Grandes Regiões	Taxas de Crescimento	
	Campo	Povoados
Brasil	(0,61)	2,72
Norte	3,00	0,77
Nordeste	(0,28)	3,03
Sudeste	(1,52)	2,85
Sul	(2,01)	1,43
Centro-Oeste	(1,09)	4,12

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Notas: "Povoado" = Localidades consideradas urbanas no censo com menos de 20 mil habitantes.

"Campo" = Restante da categoria menos de 20 mil habitantes.

Desta forma, a análise dos dados recém-disponíveis do censo demográfico de 1991 aponta sistematicamente para uma mudança significativa do padrão de urbanização durante a década de 80. Houve, nitidamente, um arrefecimento da migração rural-urbana e inter-regional, assim como uma redução do ímpeto da concentração em cidades grandes ou cada vez maiores, especialmente na região Sudeste. As áreas rurais e localidades pequenas tiveram um crescimento surpreendente, assim como o teve também a rede urbana nordestina. O ritmo elevado de crescimento urbano em segmentos das regiões Norte e Centro-Oeste, destoando um pouco do conjunto nacional, era esperado, mas não deve persistir no futuro — a menos que sejam feitos investimentos maciços nessas regiões. A seguir, examinamos, detalhadamente, a trajetória das regiões metropolitanas que, sem dúvida, foram as mais beneficiadas por essas mudanças recentes.

IV.2.3 A evolução das regiões metropolitanas

Dado o tamanho da base demográfica já existente nas maiores cidades e o seu relativo dinamismo econômico — particularmente nas cidades do Sudeste — esperava-se, em um futuro previsível, a persistência do processo de concentração populacional nas cidades metropolitanas, com todos os

problemas dele decorrentes. Entretanto, a década de 80 apresentou mudanças significativas nesse particular.

Para demonstrar a dimensão e o significado destas transformações, apresentamos, na Tabela 10, dados sobre o ritmo de crescimento metropolitano e a respeito da participação deste no crescimento total do país em momentos históricos distintos. Vê-se que o ritmo de crescimento do conjunto das nove RM's declinou de 4,54% ao ano, no período 1940-70, para 3,79%, na década de 70, e para 1,98%, na de 80. Naquele período, o aumento populacional destas nove RM's contribuiu para 33,6% do crescimento total do país; e esta participação subiu para 41,3% na década de 70, caindo abruptamente para 29,7% na de 80. Em decorrência disso, a participação absoluta das regiões metropolitanas no total da população manteve-se praticamente inalterada entre 1980 e 1991, contrariando a tendência anterior que mostrava um aumento significativo dessa participação a cada novo censo.

Tabela 10

Taxas de Crescimento e Participação no Crescimento Demográfico Nacional, segundo Regiões Metropolitanas — Brasil — 1940/91

	1940-70		1970-1980		1980-91	
	r	%	r	%	r	%
Belém	3,93	0,86	4,30	1,33	2,65	1,19
Fortaleza	4,36	1,44	4,30	2,10	3,49	2,59
Recife	3,99	2,38	2,74	2,15	1,85	1,88
Salvador	4,19	1,56	4,41	2,39	3,18	2,60
Belo Horizonte	5,47	2,54	4,64	3,68	2,52	2,94
Rio de Janeiro	3,71	8,81	2,44	7,28	1,01	3,67
São Paulo	5,64	12,64	4,46	17,22	1,86	10,13
Curitiba	4,30	1,13	5,78	2,40	3,64	2,49
Porto Alegre	4,48	2,21	3,80	2,75	2,15	2,16
Total	4,54	33,58	3,79	41,31	1,98	29,65

Fonte: IBGE, *Censos Demográficos*.

Ou seja, o ritmo das RM's, na década de 80, foi quase idêntico ao do país como um todo, o que corresponde a pouco mais da metade do ritmo de crescimento das RM's na década de 70. Por causa da queda da fecundidade, era de se esperar uma certa redução do crescimento de todas as unidades espaciais, inclusive das RM's. No entanto, a redução do ritmo de crescimento das RM's foi muito superior ao declínio da fecundidade do país.

O fenômeno mais notável em tudo isso é o fato de que a maior e mais importante RM brasileira, a de São Paulo, pode ser encontrada entre as três RM's

que tiveram um crescimento abaixo do nível do país. As duas outras nesta situação — Rio de Janeiro e Recife — já haviam apresentado baixíssimos níveis de crescimento no censo anterior e, por isso mesmo, seu comportamento recente não causa espície. Todavia, a RM de São Paulo representa, de longe, a maior aglomeração urbana do país. Algumas projeções indicavam que ela estaria ocupando o lugar da segunda maior cidade do planeta, pois concentra em torno dela a região considerada, até recentemente, de maior dinamismo econômico da América Latina; e, apesar da desconcentração industrial já detectada, não havia claros indícios de que seu ritmo de crescimento fosse sofrer uma redução significativa no futuro próximo. Nesse contexto, a descoberta de que a RM de São Paulo está crescendo ao mesmo ritmo que a população do país é realmente surpreendente.

A RM do Rio de Janeiro, por outro lado, que já havia experimentado um ritmo de crescimento tido como baixíssimo na década de 70 (2,44% a.a.), teve uma redução adicional de 1,01% ao ano. Apesar disto, dada a massa populacional das RM's de São Paulo e Rio de Janeiro, a parcela da população total do país residente nelas ainda aumentou de 17,9% para 19,2%. Contudo, é extremamente significativo que o aumento demográfico destas metrópoles, o qual havia correspondido a um quarto (24,4%) do crescimento nacional na década de 70, agora tenha respondido por apenas 13,8% na década posterior.

Todas as outras RM's tiveram uma taxa de crescimento, na década de 80, bastante inferior à da década de 70. Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Belém apresentaram um crescimento equivalente a aproximadamente 50 a 70% das suas respectivas taxas de crescimento na década anterior. Apesar disso, três RM's se mantiveram num patamar de crescimento que pode ser considerado elevado: Curitiba (3,64), Fortaleza (3,49), e Salvador (3,18).

É interessante constatar que as duas RM's de maior crescimento — Curitiba e Fortaleza — são, coincidentemente, as que teriam tido, pelo menos na apreciação da imprensa nacional e internacional, o maior êxito na resolução dos seus problemas administrativos e sociais. O crescimento da RM de Curitiba é particularmente notável em vista do reduzidíssimo aumento populacional no resto do estado. Essa verdadeira metropolização da população paranaense mereceria maior reflexão. Em contrapartida, o ritmo de crescimento das RM's de Fortaleza e Salvador se insere num padrão mais comum na região Nordeste; ou melhor, à exceção de Recife, todas as capitais nordestinas tiveram um ritmo de crescimento bastante acelerado, particularmente se comparado com o resto dos seus respectivos estados.

Em síntese, o Brasil apresentou, na década de 80, uma redução importante do seu processo de metropolização. Constatar que a participação das nove RM's no crescimento total do país baixou de 41,3%, na década de 70, para 29,7%, na de 80, é fundamental para apreciar essa mudança. O Gráfico 3 mostra claramente o declínio dramático na participação daquelas — e de outras cidades grandes — no crescimento total do país neste período.

Evidentemente, muito desta redução do papel das RM's se deve à experiência de São Paulo (e, em grau menor, do Rio de Janeiro), mas isto, em si mesmo, já é um dado extremamente importante: alivia a ameaça de *metropolização* nessa região tão fundamental para o desenvolvimento do país.

Além disso, a redução do crescimento de outras RM's, embora menor, também se constitui em indício positivo.

Gráfico 3

PARTICIPAÇÃO NO CRESCIMENTO INTERCENSITÁRIO

Ou seja, houve uma reversão expressiva da tendência anteriormente predominante de concentração em algumas poucas localidades, particularmente no Sudeste. Este novo padrão constitui um fenômeno estrutural da maior importância para a sociedade brasileira. Pela primeira vez, constata-se uma desaceleração significativa e generalizada da *megalopolização* progressiva que vinha sufocando a *administrabilidade* das localidades que concentram as maiores aglomerações de brasileiros.²⁰ Por outro lado, preocupa sobremaneira o crescimento da densidade urbana no segmento mais pobre do país — o Nordeste.

O enfraquecimento da metropolização foi acompanhado por uma *periferização* do crescimento metropolitano também muito importante. Em todas as RM's, exceto Belém, a taxa de crescimento dos municípios periféricos foi significativamente superior a dos seus respectivos municípios núcleos (ver Tabela 11 adiante).

Além disso, a taxa de crescimento do município núcleo de várias das RM's mais importantes foi abaixo do seu provável crescimento vegetativo; é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Nestas cidades, portanto, houve uma emigração líquida negativa a partir do município núcleo para municípios periféricos e para fora da RM. No município de São Paulo, estima-se que a emigração teria sido da ordem de 800 mil pessoas.²¹ Como consequência de tais padrões, 56,3% de todo o crescimento verificado nas RM's, durante a década de 80, ocorreu em municípios periféricos, comparado com 43,8% na década anterior.

Isto significa que não somente as maiores metrópoles estão sofrendo um arrefecimento de monta do seu ritmo de crescimento, mas o aumento nelas verificado está ocorrendo em regiões cada vez mais distantes dos seus respectivos centros. O significado econômico, social e político destas tendências não pode ser sobreestimado.

Evidentemente, não se deve concluir desta análise que as RM's não tiveram importância na redistribuição espacial brasileira da década de 80. Apesar do arrefecimento do seu ritmo de crescimento, elas tiveram um acréscimo populacional de 8,3 milhões de pessoas — um número equivalente à população da Suécia. Com isto, quase 30% de todo o crescimento do país nesta época ocorreu dentro das nove RM's. Hoje, vivem 42,7 milhões de pessoas nessas nove cidades; isto significa que três de cada dez pessoas no Brasil residem atualmente em uma metrópole. Mas tudo isto não altera o fato de que tem havido um ponto de inflexão extremamente importante na trajetória das RM's.²²

Enfim, é preciso identificar e avaliar duas ordens diferentes de considerações, que se referem, respectivamente, à importância atual das

²⁰ Não se pretende com isso inferir que exista uma relação linear inversa entre tamanho e administrabilidade de cidades. É claro que entre os elementos fundamentais para poder administrar uma localidade estão: o nível de renda, de infraestrutura já montada, de cultura cívica, de recursos naturais, etc. Isto é, apesar do seu tamanho, São Paulo pode ainda ser mais "administrável" que João Pessoa. Entretanto, é inegável que, ceteris paribus, o agigantamento incorpora uma dimensão crucial de inadministrabilidade.

²¹ Baeninger (1992) e Perillo (1992), em trabalhos independentes, citam a cifra de 900 mil migrantes que teriam saído do município-núcleo de São Paulo durante a década de 80. Com os dados censitários corrigidos, porém, estima-se que esse total seja um pouco menor. De qualquer forma, tal ordem de magnitude já pode ser confirmada.

²² Em trabalho anterior, Martine (1992), descrevíamos esta tendência como um processo de desmetropolização. Esta expressão, referida a processos demográficos, pode ser mal interpretada, pois não houve, a rigor, uma redução do ritmo ou da importância das metrópoles. Sem embargo, houve, de fato, uma redução extremamente importante no ímpeto do crescimento metropolitano, especialmente no Sudeste.

metrópoles e ao significado das tendências em curso. Em relação ao peso absoluto das cidades metropolitanas, não há dúvida de que, na década de 80, as RM's continuaram a representar, e cada vez mais, pontos de aglomeração de grandes concentrações populacionais. Entretanto, em nível de tendência, a redução do ritmo de crescimento e de concentração urbanos, o arrefecimento do crescimento das grandes metrópoles e a *periferização* do crescimento metropolitano constituem os processos mais importantes apresentados pelo censo de 1991.

Tabela 11

Taxas de Crescimento da População nas Regiões Metropolitanas — Brasil — 1970/91

Regiões Metropolitanas		1970-80	1980-91
Belém	total	4,30	2,65
	núcleo	3,95	2,65
	periferia	11,33	2,65
Fortaleza	total	4,30	3,49
	núcleo	4,30	2,77
	periferia	4,30	6,38
Recife	total	2,74	1,85
	núcleo	1,24	0,71
	periferia	4,61	2,92
Salvador	total	4,41	3,18
	núcleo	4,08	2,97
	periferia	6,53	4,31
Belo Horizonte	total	4,64	2,52
	núcleo	3,73	1,14
	periferia	6,95	4,98
Rio de Janeiro	total	2,44	1,01
	núcleo	1,82	0,66
	periferia	3,38	1,47
São Paulo	total	4,46	1,86
	núcleo	3,67	1,15
	periferia	6,34	3,20
Curitiba	total	5,78	3,64
	núcleo	5,34	2,28
	periferia	6,95	6,40
Porto Alegre	total	3,80	2,15
	núcleo	2,43	1,06
	periferia	5,35	3,12
Total R.M.	total	3,79	1,98
	núcleo	3,15	1,37
	periferia	5,11	3,05

Fonte: IBGE, Censos Demográficos; Resultados Preliminares, censo demográfico 1991.

V. FATORES NO ARREFECIMENTO DOS PROCESSOS DE CONCENTRAÇÃO

Tendo em vista a importância da redução do ritmo de concentração demográfica em grandes cidades, deve ser feito um esforço para entender suas causas. Nesta fase exploratória de análise, convém examinar a contribuição provável de diferentes fatores complementares. Aqui, podemos examinar brevemente o efeito da desconcentração industrial, da contra-urbanização, da interiorização progressiva, da crise e da queda da fecundidade.

V.1 A Desconcentração Industrial

A observação mais surpreendente derivada dos dados do último censo demográfico, sem dúvida, diz respeito à forte redução no ritmo de crescimento da RM de São Paulo. A principal hipótese para este fenômeno deve focar a desconcentração de unidades produtivas de médio e grande portes, sobretudo industriais, para o interior do estado e para estados adjacentes.

Esta desconcentração industrial, alimentada por uma constelação de fatores,²³ vem sendo observada desde os fins da década de 60. (A estagnação do Rio de Janeiro foi anterior e ligada a fatores de enfraquecimento econômico naquele pólo). Em retrospecto, podemos até perceber que a desconcentração demográfica era inevitável. E, considerando que a distribuição espacial da população costuma seguir, *grosso modo*, a a-locação de atividades econômicas, teria sido espantoso se a desconcentração da atividade econômica *não* tivesse redundado numa desconcentração de população.

Nesta visão, portanto, a *desmetropolização* atribuível à desconcentração econômica no Brasil resultaria principalmente de processos tradicionais de produção industrial. Por essa via, estão sendo gerados empregos industriais de cunho tradicional, fora das metrópoles. O crescimento acelerado de várias cidades no interior do estado de São Paulo e de estados adjacentes seria explicado, em grande parte, por este processo.

No entanto, é fundamental indagar por que tais iniciativas não produziram uma desconcentração demográfica já na década de 70 — quando os primeiros sinais de desconcentração industrial foram observados — e não na década seguinte, quando a crise até retardou ou desacelerou a desconcentração de atividades econômicas?

Uma hipótese plausível seria a de que a atividade industrial *per se* não arrasta, atrai e fixa a população numa nova localidade; mais importante seria o conjunto de atividades econômicas que eventualmente acompanha essa intensificação da atividade produtiva nessa localidade. Em tal cenário, a atividade industrial seria uma espécie de motor que gera produção, renda e uma certa quantidade de empregos. Contudo, é o efeito dinamizador desta atividade sobre o comércio e os serviços que, posteriormente, acabam gerando uma massa quantitativamente superior de empregos e, portanto, fixando contingentes significativos de migrantes.

Dessa forma, seria natural haver uma certa defasagem temporal entre a localização de novas plantas industriais no interior e seus efeitos mais significativos sobre a migração e sobre a desconcentração espacial da população. Logicamente, esta explicação permanece hipotética no atual momento, mas faz parte de um cenário bastante plausível.

²³ Trabalho recente de Campolina (s.d.) enfatiza as mudanças no padrão tecnológico como fator fundamental no dinamismo das cidades médias na década de 80. Para o futuro, porém, o peso da globalização econômica e da preocupação ambiental deve passar a exercer influência crescente. Ver Torres e Martine (1992).

O crescimento acelerado das inúmeras cidades no interior do estado paulista e de estados adjacentes se explicaria, em grande parte, por este fenômeno. Quando se examina o rol de cidades de crescimento mais acelerado, encontram-se várias localidades dentro do perímetro do pólo (ou "polígono") dominado por São Paulo.

O crescimento do entorno de Campinas talvez seja o exemplo mais conhecido, pois discute-se até se Campinas já constitui uma nova região metropolitana. O interessante disso tudo é que Campinas em si não teve um crescimento muito acelerado; são várias cidades no seu entorno, as quais logo passarão a constituir "periferia", e que tiveram taxas de crescimento excepcionais.

V.2 A Contrametropolização

Em meados da década de 70, constatou-se, pela primeira vez, que a população norte-americana estava crescendo mais rapidamente fora das cidades metropolitanas que dentro delas. Dada a trajetória de toda a história demográfica moderna dos EUA, caracterizada por uma concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores, este fenômeno causou certo espanto.

Nos anos seguintes, foram descobertos índices de contra-urbanização também em vários países da Europa Ocidental e até no Japão. Observaram-se diferentes graus de redução do ritmo de crescimento da concentração, inclusive migrações no sentido contrário. Constatou-se que, na sua maioria, as correntes da contra-urbanização eram constituídas pela força de trabalho mais ativa e vigorosa (a que tem entre 25-44 anos) e seus dependentes.²⁴

É claro que na raiz desta desconcentração em países desenvolvidos, existe o peso das iniciativas tomadas por um número significativo de empresas — às vezes, estimuladas ou incitadas pelo poder público — no sentido de se relocarem em áreas mais distantes dos centros de maior concentração. Motivos variados impulsionaram estas decisões; nos EUA, por exemplo, mesclaram-se combinações variadas de fatores relacionados com a busca de mão-de-obra mais barata, de maior espaço, de proximidade de novos mercados, de condições de vida mais aprazíveis para os seus empregados, de vantagens fiscais, etc. Em vários países da Europa Ocidental, agregou-se a tais fatores a vontade de o Estado arrestar uma concentração inexorável de atividades econômicas, de população e, conseqüentemente, de problemas ambientais e sociais, em torno da capital do país.²⁵

Seja qual for o peso da desconcentração das atividades econômicas de grande porte nos países ocidentais de capitalismo avançado, as explicações desta reversão têm privilegiado a crescente afluência da população. Isto é, os níveis de bem-estar já atingidos pela população lhe estariam permitindo escolher uma qualidade ambiental e um padrão de vida melhor (associado à desconcentração), em vez de um aumento nos seus níveis de renda (associada à concentração). Este novo fenômeno acabou sendo caracterizado como produto da *contr-urbanização*.²⁶

Nessa ótica, residir e trabalhar fora das grandes cidades teria se tornado possível para um número maior de pessoas, nos países desenvolvidos, graças a mudanças significativas nas suas estruturas de produção e consumo. Avanços nas áreas de comunicação e transporte estariam permitindo esquemas mais ágeis e descentralizados de participação no processo produtivo em vários setores. A nova afluência também permitiria alterações nos padrões de consumo, os quais gerariam uma demanda maior

²⁴ Cf. Champion (1989).

²⁵ Ver, por exemplo, Sundquist (1975).

²⁶ De acordo com Zuiches (1980, pp. 163 a 188).

por produtos especializados e não massificados que podem ser, freqüentemente, produzidos em pequenas unidades descentralizadas. Chegou-se a postular, à raiz destas constatações, que o fenômeno de *contra-urbanização* faria parte do processo mais amplo de transição de sociedades industriais para pós-industriais.

Em síntese, e sem aprofundar essa matéria aqui, podemos postular, para fins heurísticos, que nos países de capitalismo avançado:

- a) houve um processo importante de desconcentração de atividades econômicas e de população; e
- b) iniciou-se este processo pela realocação de unidades produtivas de médio e grande portes e, posteriormente, fortalecido pelas decisões individuais de um numeroso contingente de pessoas em morar fora das grandes metrópoles. Tais decisões, por sua vez, foram viabilizadas por novos padrões de produção e consumo dentro de um contexto de maior afluência da sociedade.

Em que medida tais processos estariam subjacentes à redução brasileira da concentração metropolitana detectada anteriormente? Mantidas as devidas proporções, poderíamos sugerir que os padrões de redistribuição populacional recentes observados na região Sudeste e, particularmente, em torno de São Paulo, apresentam algumas características análogas aos padrões descritos sumariamente para os países desenvolvidos.

De fato, existem alguns sinais de que um certo segmento da população economicamente ativa das metrópoles estaria também aderindo a esquemas mais flexíveis de trabalho e/ou escolhendo residir em lugares mais distantes — embora trabalhando no núcleo da RM -, para evitar os desgastes da vida metropolitana. A própria disputa pelo solo urbano, que tem inflacionado os preços da habitação em níveis incompatíveis com os rendimentos da grande maioria da população, também estaria contribuindo para isso.

Não existem evidências empíricas confiáveis para comprovar esta hipótese, mas vale a pena investigá-la. Por outro lado, não há dúvida de que continuam existindo, ou renascendo, valores e aspirações mais "rurais" ou "antimetropolitanas" entre parte significativa da população. Costuma-se contrastar a imagem da vida saudável, descriminalizada, despoluída e integrada do campo com horrores da agitação, sujeira, insalubridade, criminalidade e promiscuidade urbana e metropolitana.

Se tais imagens correspondem, ou não, à realidade, pode ser discutível. No caso brasileiro, a possibilidade de que tais processos afetem grande número de pessoas, ou a própria concentração populacional, vai depender da trajetória do esforço de desenvolvimento. A heterogeneidade da estrutura produtiva, o nível de renda, o grau de desenvolvimento das comunicações e transporte, a diversificação e a especialização do consumo, assim como o nível de cultura tecnológica, são todas condições para a desconcentração e/ou a desassociação do lugar de trabalho com o de residência.

Ou seja, a vontade de buscar uma qualidade de vida "desconcentrada", ou mesmo "desurbanizada", por parte de indivíduos ou grupos, pode ser tão grande quanto nos países desenvolvidos, mas a capacidade de efetivá-la de forma autônoma é menor. Nessa ótica, a crescente aquisição de sítios, chácaras, casas de praia, etc. pela classe média metropolitana ainda representa mais a busca de refúgios temporários do que refúgio permanente, apoiada em possibilidades de sustentação econômica. Sem embargo, é de se esperar que, com o tempo, a *contra-urbanização* venha a ter uma importância maior no destino das grandes cidades brasileiras.

V.3 O Efeito Cumulativo de Novos e Velhos Padrões na Fronteira

Desde 1930, quando se iniciaram as primeiras migrações significativas de destino urbano, a expansão da fronteira agrícola tem servido de contraponto para a concentração populacional nas cidades. Ao ocupar novos espaços e integrá-los à economia nacional, aquela atraía não somente migrações de destino rural, mas também proporcionava o surgimento de cidades de apoio, algumas das quais tiveram um crescimento extremamente acelerado. Desta forma, a fronteira sempre serviu para retardar, de alguma maneira, o processo de aglomeração urbana nas regiões de assentamento mais antigo — mais dinâmica a fronteira, mais migrantes ela atraía, e melhor preenchia seu papel como válvula de escape para a pressão urbana.

Na década de 80, surgiram 28 novas cidades na região amazônica. Não se pode dizer que estas serviram de contraponto à metropolização, tampouco que teria havido uma aceleração significativa da atividade fronteiriça capaz de absorver grandes contingentes de migrantes que, de outra forma, teriam impulsionado o crescimento metropolitano. Na realidade, esta década pode ser considerada como a etapa derradeira dos diversos ciclos de atração/estagnação/refluxo que alimentaram o processo de interiorização durante os últimos anos no Brasil.

Conforme sugerido na seção anterior, houve, na primeira metade da década de 80, uma movimentação intensa em direção a Rondônia e algumas outras áreas amazônicas. Entretanto, esta ocupação febril só durou até que a realidade financeira do país forçou a eliminação de diversos subsídios diretos e indiretos à produção agrícola da região. Ficou patente, então, o que deveria ter sido claro desde o início, isto é, que as desvantagens de distância e de qualidade de solo dessa região não lhe permitiriam competir nos mercados internos e externos sem constantes subsídios. Curiosamente, a falência agrícola revelou que o dinamismo econômico da região residia em atividades não previstas quando se fizeram os programas de colonização, tais como a exploração da madeira, a extração de cassiterita e de ouro nos garimpos, e o narcotráfico.

Entretanto, os vários movimentos fronteiriços dos últimos 50 anos tiveram um efeito cumulativo em termos demográficos, apesar de uma eventual estagnação da atratividade migratória para áreas rurais na fronteira. O efeito de movimentos recentes agregou à interiorização ocorrida em décadas e estágios de ocupação anteriores — envolvendo a constituição de cidades que continuaram crescendo desde então — e contribuiu assim para a redução do crescimento metropolitano. Na medida em que ajudou a formar uma rede de cidades bastante equilibradas em todo o território nacional, o processo de interiorização vivido em décadas anteriores acabou absorvendo uma parcela significativa do crescimento demográfico e das migrações na década, não somente pelo "imobilismo da crise", sugerido anteriormente, como também pelo efeito cumulativo do dinamismo anterior e do atual. Inclusive as cidades fronteiriças passaram a absorver grande parte do refluxo gerado pelas expectativas não cumpridas dos migrantes que se dirigiram para a região.

V.4 A Crise

É consenso de que a década de 80 foi, para o Brasil, a de pior desempenho econômico da história moderna. Chamado de "década perdida", o período entre os dois últimos censos foi marcado por uma prolongada estagnação e empobrecimento. Várias políticas econômicas inovadoras foram experimentadas, mas, no conjunto, estas apresentaram poucos sinais de êxito. Como a distribuição espacial da população reflete as características da atividade econômica, é inevitável que a crise tenha deixado suas marcas — embora nem sempre estas sejam muito claras — sobre os padrões recentes de redistribuição.

De início, deve-se examinar o impacto da crise sobre o processo de desconcentração industrial. Tendo em vista o fato de que a desconcentração é efetuada, sobretudo, através da instalação de novas fábricas ou da criação de filiais — e não da transferência das matrizes —, a crise teve um efeito desacelerador sobre a desconcentração. Devido à escassez de recursos financeiros e à contração do consumo, o incentivo para montar filiais ou novas plantas foi severamente reduzido. Nesse sentido, o processo de desmetropolização — no que ele depende da desconcentração industrial — pode ter sido retardado pela crise.

Podemos avançar a hipótese de que a crise produziu um efeito ainda mais forte sobre a redução do movimento migratório e estimulou um certo imobilismo no que se refere aos deslocamentos de população. Nas duas décadas anteriores, o Brasil havia apresentado um ritmo crescente de mobilidade demográfica, motivado por melhorias nos sistemas de transporte e comunicações, por transformações profundas na agricultura e pela geração de oportunidades econômicas em grandes obras urbanas, na expansão industrial, nas construções de barragens, nos projetos de colonização, nas demandas sazonais por mão-de-obra na agricultura, etc. Na crise dos 80, esta mobilidade generalizada parece ter sido restringida; não havia razão para migrar, pois emprego estava estagnado ou em declínio em praticamente todo o território nacional. À exceção de Rondônia — onde se prometia um novo Eldorado no meio da crise — e da explosão dos garimpos, sobraram poucos focos notórios de expansão maciça de empregos. Na realidade, pode ter predominado, durante a crise, um forte processo de migração de retorno, particularmente a partir das RM's de São Paulo e Rio de Janeiro para o Nordeste.²⁷

Numa conjuntura de crise, parece haver uma preferência por tentar resolver a questão da sobrevivência no lugar mais conhecido, na comunidade onde existem redes de amigos e parentes já estabelecidos. No mínimo, o trajeto migratório tende a ter um raio menor, tanto pelas dificuldades e custos de locomoção, como pela predileção por localidades e regiões mais próximas ou mais conhecidas.²⁸ As taxas de crescimento relativamente elevadas das capitais nordestinas, por exemplo, teriam raízes neste relativo imobilismo.

Os dados disponíveis nos permitem uma estimativa preliminar do êxodo rural. Já podemos afirmar que este apresentou um declínio significativo nos anos 80, comparado com as décadas anteriores — cerca de 10,5 milhões de pessoas saíram do campo (em comparação com 16 milhões na década de 70). Esta diminuição já era prevista, por vários motivos. Primeiro, o êxodo das décadas anteriores havia sido tão grande que chegou a reduzir o estoque absoluto de pessoas que residem no campo; ou seja, o número de pessoas com residência rural chegou a declinar entre 1970 e 1980 de 41 milhões para 38,6 milhões.

Em segundo lugar, a queda da fecundidade que afeta, há vinte anos, todas as regiões do país e todos os grupos sociais, faz com que a população rural já não cresça tão rapidamente como no passado. Assim, o estoque de migrantes em potencial, já reduzido pelas migrações anteriores, também não cresce ao mesmo ritmo que nas décadas de 60 e 70. É bem verdade que a queda da fecundidade não incide diretamente sobre o padrão migratório, devido à seletividade da migração por grupo etário. Isto é, como a grande maioria dos migrantes são jovens entre 14 e 30 anos, a queda da fecundidade não afeta imediatamente a categoria de pessoas mais aptas a migrar. Por outro lado, já que a fecundidade começou a declinar no final da década de 60 e início

²⁷ Esta também é a hipótese de Guimarães em *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento do Brasil: Década de 70 e Anos 80*, citada por Amaral e Nogueira (1992). Estes autores também citam pesquisa do Cetrem, em São Paulo, relatada na Revista Veja, segundo a qual, em 1988, para cada nordestino que vinha se estabelecer em São Paulo, 2,2 procuravam auxílio para voltar ao Nordeste.

²⁸ A este respeito, ver Martine et alii (1984).

da de 70, as faixas mais jovens da população de migrantes em potencial só começaram a diminuir durante a década de 80, pela redução da fecundidade anterior.

Terceiro, as informações do censo agropecuário de 1985 nos levam a crer que, pelo menos durante a primeira metade da década de 80, o êxodo rural tenha sido amenizado pela força da crise econômica. De fato, estes dados indicam que, contra todas as expectativas, teria havido um crescimento significativo do minifúndio e da pequena produção rural em praticamente todos os estados e regiões, no período entre 1980-85. Este resultado é particularmente surpreendente quando examinado à luz dos acontecimentos no campo durante 1960-1980, pois os mecanismos adotados pelo Estado, visando à modernização do campo, tiveram um efeito enorme sobre a concentração da propriedade da terra e, portanto, sobre a expulsão de pequenos produtores da área rural. Como estes são os que fazem a utilização mais intensiva de mão-de-obra, observou-se uma redução significativa do emprego rural e uma forte migração rural-urbana.²⁹

Nesse contexto, o recrudescimento do minifúndio, verificado nos dados de 1985, era totalmente inesperado. Em retrospecto, porém, esta reversão dos padrões anteriores faz sentido, na medida em que os mesmos fatores que explicaram o êxodo rural nas décadas passadas deixaram de existir no período 1980-85: crédito rural farto e subsidiado, modernização da tecnologia de produção, elevação do preço e da especulação com a terra, redução das oportunidades de emprego no campo, e aumento destas na cidade. Durante a forte recessão do início da década, nem o migrante em potencial se sentiu atraído pela cidade, tampouco se viu na obrigação de partir, por ter perdido sua terra. É até possível que alguns pequenos produtores tenham voltado das cidades nesse período, impelidos pela dificuldade de encontrar sustento no contexto urbano.

Durante a segunda metade da década, podem ter se reafirmado os padrões migratórios que prevaleceram entre 1960-80. Realmente, a necessidade de melhorar a balança de pagamentos e de elevar a disponibilidade de alimentos durante o período da Nova República fizeram o governo ativar uma série de incentivos à produção agrícola que culminou com várias "supersafras" e "quase supersafras". Com isto, elevou-se novamente o valor comercial da terra, reduzindo-se, assim, o espaço para pequenas produções retentoras de mão-de-obra no campo.

Para a década de 80 como um todo, porém, não há dúvida de que a conjugação das transformações na agricultura, com a queda da fecundidade, e com a redução do estoque de migrantes em potencial pelo êxodo anterior, serviu para diminuir a migração de origem rural e de destino urbano. Esta redução certamente pesou na redução do ritmo de crescimento metropolitano.

V.5 A Queda da Fecundidade e a Inércia da Dinâmica Demográfica

A queda acelerada da fecundidade no Brasil durante os últimos 20 anos já foi mencionada em diversas instâncias deste trabalho. Trata-se de um fenômeno estrutural da maior importância que, inclusive, afetou o ritmo e a forma do crescimento metropolitano. O impacto da queda da fecundidade sobre a redução da concentração é duplo. Por um lado, ela afeta o ritmo de crescimento dos migrantes em potencial e do crescimento vegetativo, tanto de migrantes como nativos, nas áreas urbanas. Por outro, a queda afeta os processos de concentração pelo fato de que ela se produz em formas e ritmos desiguais em diferentes regiões ou localidades do país; e, se todas as regiões

²⁹ Os padrões recentes na agricultura e suas conseqüências sociais são discutidos em Martine (1991, pp. 7 a 37).

tivessem o mesmo nível de crescimento vegetativo,³⁰ a migração seria o único fator capaz de causar uma diferenciação nas taxas de crescimento entre estas. Na prática, porém, a fecundidade é diferenciada; as regiões de menor desenvolvimento têm, *ceteris paribus*, níveis de crescimento demográfico mais elevados.

No entanto, os níveis de fecundidade também são diferenciados entre grupos sociais distintos, inclusive entre diferentes grupos de migrantes e não migrantes. Sendo assim, a migração acaba afetando o ritmo de crescimento, tanto de áreas de origem como de destino, e tem uma influência diferenciada segundo os respectivos níveis de fecundidade de populações migrantes e residentes.

Na prática, isto significa que, se não tivesse havido migrações na década de 80, as regiões do Sudeste e Sul teriam tido um crescimento mais lento do que o resto do país. Entretanto, se tivesse havido uma perpetuação dos padrões e do ritmo de migração que haviam prevalecidos nas décadas anteriores, então o forte êxodo rural e a migração do Nordeste para o Centro-Sul teriam proporcionado um ritmo de crescimento mais elevado nesta região, tanto por efeitos diretos como indiretos da migração (isto é, o crescimento vegetativo de migrantes após sua chegada). Contudo, conforme argumentado anteriormente, as migrações a partir de áreas de maior fecundidade foram relativamente pequenas, e se destinaram para localidades mais próximas aos locais de origem. Nesse caso, fica claro que localidades como a RM de São Paulo, que já tem um crescimento vegetativo mais baixo e que também reduziu seu ritmo de crescimento, tanto pela migração como pelo efeito indireto da migração, só podiam ter uma redução significativa do seu crescimento total.

Esta dinâmica, conjugando mudanças nos padrões migratórios com mudanças no comportamento reprodutivo, certamente contribui significativamente para a redução do crescimento metropolitano. Também poderia ser utilizado para explicar, pelo menos em parte, os diferenciais de crescimento entre as regiões metropolitanas do Nordeste e o das outras capitais nordestinas. As RM's têm padrões de fecundidade mais baixos que as cidades menores e uma base populacional maior. Sendo assim, o aporte de migrantes nas RM's — mesmo com um comportamento reprodutivo mais tradicional — tem menos impacto sobre a sua taxa de crescimento demográfico.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho utilizou as informações recém-divulgadas da Sinopse do censo demográfico de 1991 para relatar as principais mudanças havidas no padrão de distribuição espacial da população brasileira durante os últimos anos.

Tendo em vista a polêmica armada em torno da qualidade desses dados censitários, a primeira preocupação deste trabalho foi discutir a qualidade das informações e dissecar as motivações subjacentes a esta controvérsia. De modo geral, pode-se concluir que, do ponto de vista técnico, os dados do censo de 1991 são bastante confiáveis; e muito do debate em torno deles foi gerado pela incompreensão dos interesses políticos em jogo.

Analisando a evolução da distribuição espacial brasileira em nível de grandes regiões, o resultado mais importante observado aqui diz respeito à redução generalizada do ritmo de crescimento de todas as regiões, produto do aprofundamento da queda da fecundidade durante a década de 80. As duas regiões de maior crescimento — o Norte e o Centro-Oeste — são também as que apresentaram o maior descenso no seu ritmo de aumento, comparado com a década de 70. O Nordeste manteve uma taxa de crescimento relativamente alta, resultado da combinação

³⁰ *Presume-se, para efeitos desta discussão, que as diferenças de crescimento vegetativo entre regiões sejam atribuíveis, basicamente, aos diferenciais de fecundidade. Isto não prejudica a argumentação, embora, a rigor, níveis diferenciais de mortalidade também deveriam ser levados em consideração.*

de uma fecundidade relativamente maior e do estancamento do seu fluxo emigratório. Enquanto isso, o Sul e o Sudeste cresceram a um ritmo bastante lento.

Quando se desagregam estes padrões de crescimento, no que diz respeito a unidades espaciais menores, observam-se diferenças intra-regionais significativas. É surpreendente a dimensão das áreas do país que foram marcadas por um crescimento muito pequeno, ou até negativo, durante a década de 80. Algumas delas, de ocupação mais antiga, se destacam nesse crescimento negativo; porém, o mais afetado por esse processo é, sem dúvida, o estado do Paraná.

Grande parte deste documento dedicou-se a analisar os padrões de urbanização e de concentração populacional ocorridos nos anos 80. Os dados, examinados sob óticas diversas, apontam para uma mudança significativa do padrão de urbanização neste período. Por um lado, a migração rural-urbana e inter-regional apresentou um declínio relevante. Por outro, observou-se uma redução significativa do ímpeto da concentração em cidades grandes ou cada vez maiores, especialmente no Sudeste, região de maior volume populacional. As áreas rurais e localidades pequenas apresentaram um crescimento acima do esperado. A rede urbana do Nordeste também teve um crescimento surpreendente. As cidades do Norte e de parte do Centro-Oeste, por sua vez, cresceram rapidamente por causa da forte imigração recebida, na primeira metade da década de 80, e do inchamento urbano na segunda metade.

Entretanto, a maior surpresa apresentada pelos dados do censo demográfico é que o conjunto das regiões metropolitanas cresceu a um ritmo apenas similar ao do país como um todo. Em décadas anteriores, as RM's apresentavam taxas significativamente maiores que as do total da população. Embora algumas tenham mostrado um crescimento mais rápido, a década de 80 apresentou uma nítida reversão na trajetória da concentração da população nas maiores cidades. Talvez o dado mais significativo para entender as tendências recentes se refere à evolução da composição do crescimento intercensitário. Na década de 70, o aumento populacional das nove RM's tinha contribuído com 41.3% do total do crescimento intercensitário; na de 80, caiu drasticamente para 29.7%.

Em termos de importância e significado para o país, não há dúvida de que a diminuição do ritmo de crescimento das RM's foi particularmente importante na RM de São Paulo. A taxa de crescimento desta caiu de 4,46% ao ano, na década de 70, para 1,86% ao ano, na de 80. Conseqüentemente, sua participação no crescimento total do país declinou de 17,2% para 10,1% de uma década para a outra. A redução foi notável no município-núcleo da RM de São Paulo; e, de acordo com estimativas preliminares, este teria tido uma emigração líquida de 800 mil pessoas durante o intervalo 1980-91.

Dessa forma, o Brasil apresentou uma redução importante e inesperada no seu processo de "metropolização" durante a década de 80. Muito desta redução se deve à experiência de São Paulo — fato que, em si mesmo, é extremamente importante para o país -, mas a tendência é bastante generalizada.

Visando iniciar a análise dos determinantes desta reversão inesperada, o trabalho apresentou um conjunto de cinco fatores que teriam contribuído, em grau maior ou menor, para o arrefecimento do processo de concentração metropolitana: os efeitos retardados da desconcentração industrial; a adoção de padrões de comportamento associados à *contrametropolização*; os efeitos cumulativos de um longo processo de interiorização e de conseqüente nucleação de uma rede urbana mais equilibrada; os impactos da crise sobre a redução do movimento migratório, inclusive sobre o êxodo rural; e o impacto da queda da fecundidade sobre o ritmo de crescimento dos migrantes em potencial e sobre o crescimento vegetativo de migrantes e nativos nas áreas urbanas.

Em suma, os dados demográficos recentes nos mostram um cenário interessante e bastante auspicioso. Embora as informações disponíveis ainda sejam incompletas, já podemos constatar que a década de 80 apresentou novidades muito significativas em relação ao uso do espaço. Se

a década anterior acabou sendo caracterizada, sob o ponto de vista demográfico, como um momento de inflexão na queda definitiva da fecundidade, os anos 80 se apresentam como o período do arrefecimento da concentração populacional em cidades cada vez maiores. Isto se transforma em um fato extremamente importante para as perspectivas de desenvolvimento econômico e social do país.

Não cabe dúvida de que o Brasil é hoje um país cada vez mais urbano e, apesar do declínio do ritmo da metropolização, um país metropolitano. Seis em cada dez brasileiros residem em cidades de mais de 20 mil habitantes; três em cada dez habitam cidades contendo pelo menos um milhão de pessoas. Nesse sentido, é inevitável que as questões sociais mais significativas tenham a ver com o destino das áreas de maior densidade demográfica.

Em contrapartida, a redução do adensamento demográfico na região Sudeste — particularmente nas suas RM's — pode ser considerado como um fato potencialmente positivo. É fato que as causas deste arrefecimento possam estar atreladas aos efeitos da crise econômica prolongada. Entretanto, deve ser ressaltado que, *a posteriori*, é fácil entender que a redução da concentração deu seqüência a um processo iniciado no início da década de 70: a desconcentração industrial e a realocação em cidades menores. Não há dúvida de que esses movimentos contêm elementos altamente positivos para a resolução de questões administrativas cruciais, cujo desenlace a metropolização e a megalopolização complicavam cada vez mais.

O maior desafio agora vai ser aprender a tirar proveito dessa folga propiciada pelos processos demográficos recentes, e conduzir a administração dos grandes adensamentos que existem de forma mais compatível com as aspirações de desenvolvimento e bem-estar social.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, A. E. & NOGUEIRA, R. M. — A Volta da Asa Branca e as Primeiras Impressões de Retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. *Anais*, ABEP, 1992.
- BAENINGER, R. — *O Processo de Urbanização no Brasil: Características e Tendências*. Trabalho apresentado no Seminário A Luta pela Cidade. São Paulo: junho 1992.
- BERCOVICH, Alícia & MORELL, Graciela Gonzáles de. — Notas sobre as Informações da Sinopse do Censo Demográfico de 1991. In: IBGE/DPE. *Censo Demográfico de 1991; Análises Preliminares*. Rio de Janeiro, outubro de 1992. v. 1.
- CARVALHO, J. A. M. — O tamanho da População Brasileira e sua Distribuição Etária: uma visão prospectiva. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. *Anais*, Olinda: 1988. v. 1 p. 37 a 66.
- CHAMPION, E. G. ed. — *Counterurbanization: the Changing Pace and Nature of Population Desconcentration*. New York: Champman and Hall, 1989.
- DINIZ, Clélio Campolino. — Polygonized Development in Brazil: Neither Decentralization nor Continued Polarization. *International Journal of Urban and Regional Research*, s.d. Trabalho a ser publicado.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 6/11/92.
- GUIMARÃES, Leonardo. — *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento do Brasil: Década de 70 e anos 80*, Relatório Final. Recife, FUNDAJ, 1990. mimeo.
- IBGE. *Censos Demográficos* (vários anos)
- IBGE. *Programa de Avaliação do Censo 91: Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro, 1993 "Documento submetido à Reunião do Conselho Consultivo do Censo Demográfico, 9/2/93.
- IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro, 1993.
- MARTINE, George — *Ciclos e Destinos da Migração para Áreas de Fronteira na Era Moderna: uma Visão Geral*. Brasília: Instituto SPN, 1992. (Documentos de Trabalho/ISPN, 12)
- MARTINE George. — A Evolução Recente da Estrutura de Produção Agropecuária: algumas notas preliminares. *Dados Conjunturais da Agropecuária*. Brasília: IPEA-Coordenadoria de Agricultura, julho de 1987. p. 63-88 Edição especial.
- MARTINE, George. — Êxodo Rural, Concentração Urbana e Fronteira Agrícola. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo: *Os Impactos sociais da modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés/Hucitec, 1987. p.59-80
- MARTINE, George. — *Implicações da Redistribuição Populacional para a Rediscussão da Agenda Ambiental Brasileira*. Trabalho apresentado no Simpósio sobre Urbanização Acelerada e Degradação Ambiental. Brasília, novembro 1992.
- MARTINE, George. — *Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil: Determinantes e Implicações*. Brasília: Instituto SPN, FEV. 1992. 29 p. (Documento de Trabalho/ISPN, 11)

-
- MARTINE, George. — Rondônia and the Fate of Small Producers. In: Goodman, D., Hall, A. — *The Future of Amazonia: Destruction or Sustainable Development*. London, The Macmillan Press, 1990.
- MARTINE, George. — A Trajetória da modernização Agrícola: a quem beneficia. *Lua Nova*, n. 23 p.7-37 março 1991.
- MARTINE, George *et alii*. — Migrações, Crise e outras Agruras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, *Anais*. Águas de São Pedro, 1984
- MARTINE, George *et alii*. — A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectiva. In: *Para a Década de 1990: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990. v. 3 p. 99-159.
- MUELLER, Charles. — A Evolução Recente da Agropecuária Brasileira Segundo os Dados dos Censos Agropecuários. *Dados Conjunturais da Agropecuária*. Brasília: IPEA. Coordenadoria de Agricultura, julho de 1987. p. 11-41. Edição especial.
- NÚMERO DE Habitantes Depende dos Políticos. *Gazeta Mercantil*. São Paulo: 17 de fevereiro de 1993. p. 1 e 6.
- PERILLO, S. — O Que Muda na Dinâmica Migratória no Estado de São Paulo nos Anos Oitenta? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. *Anais*. Brasília, 1992.
- QUESTÃO de Mau Censo. *Isto É*, São Paulo: 15 de Janeiro, 1992. p. 12-18.
- RODRIGUES, R. N. *et alii*. — *Avaliação da Cobertura do Censo de 1991 na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Brasília, outubro de 1992.
- SUNDQUIST, James. — *Dispersing Population: What America Can Learn From Europe*. Washington: Brookings Institution, 1975
- TORRES, Haroldo & MARTINE, George — *Reordenação Econômica, Meio Ambiente e Urbanização: Dilemas na Trajetória Recente dos NIES*. Trabalho apresentado no Simpósio sobre Urbanização Acelerada e Degradação Ambiental, ISPN/FNUAP. Brasília: novembro 1992.
- ZUICHES, James J. — Residential Preferences in Migration Theory. In: BROWN, D. L. & WARDWELL, J. M. — *New Direction in Urban Rural Migration: The Population Turnaround in America*. New York: Academic Press, 1980. p. 163-188.